

NILVIA THAÍS WEIGERT BRESSAN

**A TRÍADE ENUNCIATIVA:
UM ESTUDO SOBRE A NÃO-PESSOA NA TEORIA
DE ÉMILE BENVENISTE**

Porto Alegre (RS)

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ESTUDOS DA LINGUAGEM

TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

A TRÍADE ENUNCIATIVA:

UM ESTUDO SOBRE A NÃO-PESSOA NA TEORIA

DE ÉMILE BENVENISTE

NILVIA THAÍS WEIGERT BRESSAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos da Linguagem, Área de Concentração: Teorias do Texto e do Discurso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, atendendo requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre (RS)

2003

Para **Ana e Lia,**

minhas amadas filhas.

AGRADECIMENTOS

Feliz é a pessoa que tem muitos a quem agradecer, este é o meu caso...

Agradeço...

- ... a meu pai, Ervino, que dedicou toda a sua vida à farmacognosia e ao aprimoramento científico, de quem herdei o amor pelo estudo, e a minha mãe, Inês, que abandonou o piano para dedicar sua vida aos filhos.
- ... aos meus queridos irmãos, irmãs, cunhadas e cunhados, de quem ganhei tantos “filhos” amorosos.
- ... aos meus professores de tantas décadas e de tantos cursos, que foram semeando com paciência o que hoje eu colho.
- ... a meus alunos guardados no coração, que tanto me ensinaram.
- ... à minha querida Rosinha, que é a responsável por eu estar hoje terminando a dissertação.
- ... às minhas inseparáveis amigas: Claudinha, que, além de todo o carinho, me presenteou com a bibliografia do mestrado, e Branquinha, que fez, amorosamente, de todos os seus domingos os meus, para que pudéssemos esclarecer questões importantes.
- ... às minhas colegas do mestrado que se tornaram grandes amigas, especialmente, Maris e Ge, com quem debati muitas noções lingüísticas conflituosas.

- ... a todos os amigos que a Unijuí me apresentou e a todos os que Ijuí me presenteou nesses anos de convivência. São tantos que enumerá-los seria impossível no espaço pequeno da página.
- ... ao meu gentil professor de grego, Claiton, que literalmente me alfa + bet(a) + izou.
- ... a todas as pessoas que silenciosamente me rodearam e me auxiliaram, em especial, minha fiel escudeira, Elaine, permitindo que, em paz, eu terminasse a dissertação.
- ... ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que incentiva a qualificação profissional e estimula os alunos na busca de maiores conhecimentos, ampliando a pesquisa em tantas áreas da educação.
- ... às valorosas professoras do Programa de Pós-Graduação em Letras, Professora Doutora Freda Indurski, que fez de sua disciplina uma janela aberta para o entendimento das condições de produção do sentido no mundo da linguagem, e Professora Doutora Ana Zandwais, que nos mostrou a importância da linguagem em ação e todas as frutíferas conseqüências da relação entre a língua e aqueles que a língua implica em seu jogo.
- ... ao Professor Doutor Valdir do Nascimento Flores, meu amigo querido, meu professor talentoso, meu mestre e orientador carinhoso e incansável, sem o qual nada teria sido feito, eis que subjugou o Minotauro para que eu conseguisse encontrar a saída do labirinto.

De quem desce ao mesmo rio vêm ao encontro águas sempre novas.

Não se pode descer duas vezes ao mesmo rio e não se pode tocar duas vezes uma substância mortal no mesmo estado, mas por causa da impetuosidade e da velocidade da mudança, dispersa-se e recolhe-se, vem e vai.

Descemos e não descemos ao mesmo rio, nós mesmos somos e não somos.

Portanto nada permanece e tudo devém.

Heráclito de Éfeso, 504 a.C.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é discutir o *status* de não-pessoa na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. A terceira pessoa do singular, *ele*, é assim chamada porque, na visão estruturalista da enunciação, a não-pessoa, *ele*, se opõe às pessoas, *eu* e *tu*. Essa tríade enunciativa, *eu, tu, ele*, é o sustentáculo de todas as relações que se estabelecem no território pessoal e não-pessoal, na língua/discurso e na língua/sistema, na subjetividade e na objetividade da enunciação. Essa distinção entre pessoas e não-pessoa é transversal a toda a teoria, que tem como suporte teórico a ciência do signo de Ferdinand de Saussure, que entende a língua como um sistema, e a ciência das significações de Michel Bréal, que considera a língua em uso. Esse estudo, portanto, em um primeiro momento, reúne as reflexões de: a) Benveniste, que concebe a enunciação como um ato individual de fala que tem sua referência na instância de discurso, isto é, no *aqui-agora* do locutor; b) Bréal, que entende a subjetividade como parte constitutiva da língua e acredita que só a língua em uso deve ser objeto de verificação; c) Saussure, para quem a língua é um sistema de signos cujas relações são opostas e internas ao sistema, sem qualquer referência ao que lhe é externo. O segundo passo foi a pesquisa da terceira pessoa pronominal e verbal nos dicionários e gramáticas em busca da não-pessoa. Como a questão da referência é um divisor de águas em toda a teoria, ela foi discutida em um terceiro momento quando o estatuto enunciativo da não-pessoa foi abordado. Ao final deste trabalho foi apresentado um estudo feito por Benveniste sobre a *frase nominal*, que é um exemplo da possibilidade de se analisar a não-pessoa, já que a frase nominal é um caso típico da mesma. Como esta dissertação optou por um estudo intrateórico da obra de Benveniste, escrita entre os anos de 1939 e 1970, o *corpus* é composto por artigos que se encontram nos livros *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II*.

Palavras-chave: enunciação – não-pessoa – língua/sistema – língua/discurso – referência – sentido.

ABSTRACT

This research discusses the status of non-person in the Enunciation Theory of Émile Benveniste. The third person singular is named non-person based on the structural notion that opposes the persons, *I* and *you*, and non-persons, *he, she, it*. The enunciation triad, *I, you, he*, controls all the relations between persons and non-person, subjectivity and objectivity, system/language and discourse/language in this theory, that must be understanding upon two language concepts: the system/language and the discourse/language. The first is sustained by the Sign Science of Ferdinand de Saussure; it concerns the objective part of the language. The other receives influence from the Signification Science of Michel Bréal; it concerns the subjective part of the language. Consequently the first part of this study joins the reflection of: a) Benveniste, who conceives the enunciation as an individual act that has its reference in the *here-now* of the speaker; b) Bréal, who understands that subjectivity is constituent of language; c) Saussure, who understands that the language is a relation system of opposite signs, without reference to the world, because all linguistic facts are system internal phenomena. In the second part this research investigates the third person singular in dictionaries and grammars in order to understand the non-person. In the third part this work deals with the status of the non-person in enunciation and the reference. Reference is a significant point in this theory; it serves as the line of demarcation between subjective reference and objective reference. At last, this work presents a study of a typical case of non-person, *the nominal sentence*, as an illustrative example to show how Benveniste understands the analysis of non-person. Because this is an intratheoretic study in the writings of Benveniste from 1939 until 1970, its *corpus* is constituted from the articles that are in the books *Problèmes de linguistique générale I* and *Problèmes de linguistique générale II*.

Key words: enunciation – non-person – system/language – discourse/language – reference – sense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ENTENDENDO O CAMINHO DE BENVENISTE NAS ENCRUZILHADAS DE BRÉAL E DE SAUSSURE	14
1.1 De Bréal a Benveniste, um universo lingüístico plasmado pela marca da subjetividade	16
1.1.1 Em Bréal, a vontade humana como causa primeira	17
1.1.2 Em Benveniste, o humano e interminável diálogo	27
1.2 De Saussure a Benveniste, a possibilidade de uma semântica estrutural	40
1.3 Dos caminhos cruzados	54
2 INVESTIGANDO A TERCEIRA PESSOA EM BUSCA DA NÃO-PESSOA	57
2.1 Nos dicionários de língua portuguesa e nos gramáticos de língua grega e latina	58
2.2 Nos gramáticos de Port-Royal	67
2.3 No filósofo da gramática	70
2.4 Nos gramáticos de língua portuguesa	73
3 COMPREENDENDO O ESTATUTO DA NÃO-PESSOA NA TRIÁDE ENUNCIATIVA	77
3.1 Um passeio pelas concepções de referência e de sentido em alguns teóricos	81
3.2 Na enunciação, o valor da referência e do sentido	84
3.3 A não-pessoa é passível de ser analisada nos quadros da enunciação	94
3.4 A frase nominal pelos olhos de Benveniste	98
3.5 A viabilidade de uma análise enunciativa da não-pessoa	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
OBRAS CONSULTADAS	116

INTRODUÇÃO

Mestre não é o que ensina, é o que sempre aprende. Guimarães Rosa, 1952.

São tão diversas as interpretações sobre a obra de Émile Benveniste no que tange à lingüística da enunciação, que tivemos a pretensão de tentar estudá-la talvez naquele ponto em que ela pareça mais conflituosa, que é a questão da terceira pessoa, entendida por Benveniste como a não-pessoa.

Este estudo pretende comprovar que a não-pessoa também faz parte da enunciação. Desejamos sublinhar dois pontos importantes no estudo que ora iniciamos. A oposição que Benveniste faz entre pessoas e não-pessoa poderia levar a pensar que a terceira pessoa não encontra lugar nos estudos enunciativos, porque enfatizada é a subjetividade na linguagem ancorada no par *eu-tu*, que possui referência na instância de discurso, e esmaecida é a condição da não-pessoa, cuja propriedade é a de não ser jamais reflexiva à instância de discurso, a de se combinar com qualquer referência de objeto e a de só servir como substituto abreviativo.

O segundo ponto releva do fato de que a não-pessoa, ao receber seu valor do fato de que é enunciada por *eu*, encontra lugar na enunciação e passa a ter referência na instância de discurso, possuindo estatuto lingüístico tão essencial quanto o pessoal.

Queremos mostrar, então, que a análise que Benveniste faz opondo pessoas e não-pessoa está absolutamente de acordo com a corrente estruturalista a qual ele se filia, a teoria dos signos de Ferdinand de Saussure, que considera como objeto de estudo a língua, cujos signos resultam da união de um significante e de um significado, formando um sistema em funcionamento em que as relações aí estabelecidas são opositivas e negativas.

Parece-nos, portanto, que escolher como objeto de estudo a não-pessoa na teoria da enunciação de Benveniste leva-nos a estudá-la, em princípio, na correlação de pessoalidade, *eu-tu/ele*, considerando todas as questões que dimanam dessa oposição.

No entanto, a subjetividade inerente ao par *eu-tu* obriga-nos a procurar o teórico que, acreditamos, foi o inspirador de Benveniste nas noções subjetivas da enunciação, que é Bréal e sua *ciência das significações, seu ensaio de semântica*.

Visto, então, que a teoria da enunciação de Benveniste mobiliza o estruturalismo de Saussure e o subjetivismo de Bréal, concebemos um quadro teórico que abriga: 1- a ciência dos signos de Saussure, fundamento para o que Benveniste considera o modo semiótico de significância da língua, que é o domínio da língua/sistema, e 2 - a ciência das significações de Bréal, do domínio da língua/discurso, que Benveniste considera o modo semântico de significância da língua, pois prevê a língua em uso, implicadas aí toda as questões subjetivas, intersubjetivas, referenciais e co-referenciais ligadas ao *eu-tu-este-aqui-agora* enunciativo.

No primeiro capítulo reunimos, então, as reflexões: 1- de Benveniste e de Bréal, pois as significações que eles procuram têm como caminho a língua em uso com a marca indelével da subjetividade humana; 2- de Benveniste e de Saussure, eis que os princípios estruturais saussurianos são carregados para a teoria da enunciação, podendo-se afirmar que a semântica de Benveniste é estrutural.

Estabelecido o quadro teórico, dedicamos o segundo capítulo ao estudo da terceira pessoa em dicionários e gramáticos, buscando a origem do *ele* e seu papel como pessoa ou como não-pessoa. Nossa indagação heurística tem como objetivo desvelar as diferenças ou semelhanças entre os gramáticos e qual a pertinência da questão gramatical para o estudo enunciativo da não-pessoa.

No terceiro capítulo, nossa atenção volta-se para a compreensão do estatuto que a não-pessoa desfruta na tríade enunciativa, discutindo noções pertinentes, como a questão da referência, na teoria da enunciação e em outros teóricos, já que no texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*, Benveniste considera que a referência faz parte da enunciação, desfazendo uma distinção que acompanhou muitos anos de reflexão.

Na parte final de nosso trabalho, apresentamos sucintamente um estudo que Benveniste fez, em 1950, sobre um tipo de frase, *a frase nominal*, que é um caso típico de não-pessoa, no intuito de mostrarmos a importância de análises como essa para os estudos lingüísticos. Esse texto mostra que a frase nominal perpassa todos os séculos e tantos tipos de línguas, que seria melhor enumerar as línguas que não a conhecem, tal a extensão estatística e geográfica de seu emprego.

Como último momento de nossa investigação, mostramos a viabilidade de uma análise de não-pessoa segundo os ensinamentos de Benveniste, e essa questão encerra nosso trabalho.

Essa dissertação se inscreve na lingüística da enunciação de Émile Benveniste e, como se trata de um estudo intrateórico, elege como *corpus* a própria teoria do lingüista.

Ao definirmos o caminho que nos leva pelos dédalos da enunciação, parece-nos que um estudo intrateórico se reveste de valor para os estudos lingüísticos, se considerarmos que a natureza do *corpus* é incomum, não foi coletado como tantos outros, brotou da própria obra

do autor, e, ainda mais, é Benveniste quem nos possibilita um exemplo de um estudo sobre o nosso objeto de pesquisa, a não-pessoa, no artigo sobre a frase nominal. Assim, Benveniste nos dá *corpus* e método de investigação.

Mas qual é o objeto da teoria da enunciação? Para Benveniste, o objeto da enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado, em que estão implicados o próprio ato de enunciação, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização; o enunciado é o produto da enunciação.

Na enunciação, o locutor se apropria da língua, institui-se como sujeito ao dizer *eu*, e ao mesmo tempo implanta um *tu* diante dele, que será o seu alocutário em um diálogo que se realiza em um tempo e espaço determinados em relação a *eu*. Dito de outro modo, o *aqui- agora* do diálogo é sempre definido em relação ao sujeito que enuncia.

Portanto, estudar enunciativamente questões lingüísticas significa colocar o sujeito em um quadro intersubjetivo da linguagem, no qual ele se constitui pela co-referência dialética com o outro. A co-referência é a condição *sine qua non* para o diálogo. Para as teorias enunciativas, ao enunciar estamos sempre diante de um ato singular, que não se reproduz nunca duas vezes idêntico a si mesmo.

Compreendemos, assim, que a enunciação é ato único, fugaz e irrepitível, que deixa suas marcas no enunciado.

O que leva Benveniste a conceber uma teoria lingüística que tem por objeto um ato evanescente? Será que esse lingüista com tantas preocupações em outras áreas do saber, como a psicanálise e a sociologia, poderia ter gestado outra teoria que não essa que trata de algo fugaz? Seu texto sobre *a estrutura das relações de pessoa no verbo* data de 1946, um ano após o fim da II Grande Guerra, de 1939 a 1945. O horizonte do mundo é devastado pelo

sofrimento e destruição. “A linguagem ensina a própria definição do homem”, diz Benveniste (1995, p. 285), mas os homens haviam desaparecido nas batalhas, sob as bombas ou nos campos de trabalho nazistas, e suas vidas tornaram-se tão fugazes e irrepetíveis como o ato de enunciação, que se vai, deixando a marca no enunciado, assim como os homens que se foram e deixaram apenas a marca da saudade. Talvez se entenda o motivo pelo qual o locutor só se torna sujeito ao dizer *eu*, e a razão de uma referência não estável, já que ela só existe na situação de discurso, que é cada vez única, e que depende de um sujeito que logo não é mais sujeito. Nada permanece. Nem no mundo, nem na língua.

1 ENTENDENDO O CAMINHO DE BENVENISTE NAS ENCRUZILHADAS DE BRÉAL E DE SAUSSURE

Não a mim, mas ao *lógos* ouvindo, é sábio admitir que todas as coisas são uma unidade.
Heráclito de Éfeso, 501 a.C.

Acreditamos que a lingüística da enunciação de Émile Benveniste¹ pode ser concebida em um quadro teórico cujo desenho apresentaria os contornos bem definidos de dois percursos lingüísticos: a língua/discurso, com a marca reveladora do homem nas questões semânticas investigadas pela ciência das significações de Michel Bréal,² e a língua/sistema, com a marca reveladora do signo nas questões estruturais perquiridas na ciência dos signos de Ferdinand de Saussure³. O que nos leva a conceber esse quadro, à primeira vista tão paradoxal,⁴ a ponto de emoldurar Bréal e Saussure juntos propugnando uma tela livre de

¹ Benveniste (1902-1976) publica em 1966, *Problemas de Lingüística Geral I* e, em 1974, *Problemas de Lingüística Geral II*. É um lingüista histórico, seus estudos semânticos trazem a marca do estruturalismo de Saussure, mas suas preocupações investigativas não se restringem à língua e à linguagem, outras áreas como a filosofia analítica, a psicanálise, a sociologia, a fenomenologia e a antropologia também mereceram sua atenção. Nasceu em Alep, na Síria, de família judaica sefaradita.

² Bréal (1832-1915) publica, em 1897, seu *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. O termo semântica apareceu em 1883 em seu artigo *Les Lois intellectuelles du Langage. Fragment de Sémantique*.

³ Saussure (1857-1913) publica, em 1879, seu *Memoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Três anos após a sua morte, é publicado o *Cours de linguistique générale*, organizado, sistematizado e editado pelos seus ilustres discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, a partir de anotações dos discípulos L. Caille, L. Gautier, Mme. A. Sechehaye, Paul Regard, George Dégallier, Francis Joseph e as notas de A. Riedlinger, que freqüentaram os cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra, entre 1907 e 1911.

⁴ Quase meio século se passou entre a publicação do *Cours*, em 1916, e os trabalhos de exegese do *Cours*, como o de Robert Godel, de 1957, *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale*, e os de Rudolf Engler, de 1968 e 1974. Os exegetas possibilitaram a compreensão de muitas questões referentes à semântica, considerada por muitos como alijada das reflexões reunidas no *Cours*. Esses estudos mostram o quanto Saussure criticava “seus contemporâneos por desconhecerem, ao catalogar as *espécies* semânticas da língua, o *gênero* a que subsumem as ditas espécies – o que equivale a lhes censurar a falta de ‘filosofia’. E, ainda mais grave:

ranhuras? O que aproxima Benveniste de Bréal e de Saussure, que nos faz supor a possibilidade de unir suas rigorosas pesquisas lingüísticas na teoria da enunciação?

Todas essas questões serão discutidas posteriormente, mas queremos agora apresentar um dado fundamental da teoria da enunciação que justifica (sem a pretensão de aprofundá-lo neste momento) o quadro teórico pretendido: Benveniste estrutura sua teoria concebendo a língua em duas instâncias: 1- a língua/discurso, em que sujeitos, espaço e tempo estão implicados em atos enunciativos; trata-se aqui da língua em uso com todas as conotações subjetivas e intersubjetivas, referenciais e co-referenciais; 2- a língua/sistema, que é necessariamente o sustentáculo de todas as questões enunciativas de Benveniste, porque o signo, unidade do sistema, só tem existência no uso da língua, “o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua, *tertium non datur*” (Benveniste, 1989, p. 227). A ciência das significações se filia ao primeiro caso e a ciência do signo ao segundo.

Prendemos, com esse quadro teórico, exibir o quanto do pensamento de Bréal é encontrado na obra de Benveniste e a estreita relação que Benveniste mantém com a teoria do signo de Saussure.

graças ao seu desconhecimento do fato semântico *sui generis*, os lingüistas são levados a ignorar as unidades empíricas que constituem o objeto de sua prática” (Bouquet, 2000, p. 239). Nas palavras de Bouquet, para Saussure, a heterogeneidade e a inapreensibilidade do fato semântico são simples questões de ponto de vista, correspondem simplesmente “a um ponto de vista que não se faz passar *a priori* por uma teoria semântica unificada. É precisamente uma tal teoria unificada que a epistemologia programática saussuriana constrói.” (2000, p. 241). Todavia, diz Bouquet, é preciso uma leitura particularmente atenta das aulas e dos escritos do mestre genebrino para desvelarmos seu pensamento, pois a teoria não é completamente elaborada. Saussure recoloca a questão do sentido em uma perspectiva que não interessava mais aos lingüistas na virada do século XIX, a exceção é Bréal, que “imaginou aquilo que Saussure elabora: uma validação da gramática geral pela gramática comparada. Desse ponto de vista, a influência do autor de *Sémantique* sobre seu aluno pode ter sido determinante, pelo menos como transmissor das tradições clássicas francesas, tanto a de Port-Royal quanto a dos sinonimistas e dos retóricos. As críticas de Saussure, quando parecem, pelo menos parcialmente, fundamentadas – Bréal não conseguiu mais encontrar alavancas teóricas próprias para fazer progredir as descobertas da gramática geral e da gramática comparada -, manifestariam, no entanto, nesse ponto, certa ingratidão intelectual, provavelmente inconsciente. Por outro lado, é certo que Bréal teve intuições que vão no sentido da teoria saussuriana do valor – sua lei da repartição, principalmente – e, sobretudo a transversalidade do valor.” (Bouquet, 2000, nota de rodapé 8, p. 241).

Nosso objeto de estudo, a terceira pessoa do singular, *ele, a não-pessoa* de Benveniste, se situa na confluência da língua/sistema com a língua/discurso, eis que pertence ao sistema de signos, enquanto forma lingüística, e ao discurso, enquanto enunciada pelo sujeito.

Este primeiro capítulo trata, portanto, do quadro teórico que ousamos criar para a teoria da enunciação de Émile Benveniste. Dividimos este capítulo em quatro momentos: no primeiro e no segundo tratamos de subjetividade, da língua/discurso, e entram em cena Bréal e depois Benveniste; no terceiro falamos de signo, de língua/sistema, e trazemos Benveniste e Saussure; no quarto e último momento fazemos uma reflexão sobre os três teóricos.

1.1 De Bréal a Benveniste, um universo lingüístico plasmado pela marca da subjetividade

Bréal e Benveniste têm uma causa comum, eles tratam da significação da linguagem. Seus navios, todavia, partem de portos diferentes em busca do mesmo tesouro escondido entre os cerrados da língua. Vamos poder conhecer, infelizmente, apenas um pouco da grandiosidade de suas reflexões neste estudo que ora começa.

Essa relação teórica, pois, que pretendemos entre Benveniste e Bréal se estabelece em questões que dizem respeito, entre outras, à língua em uso e à subjetividade na linguagem.

Bréal se debruçou sobre essa obra humana, que é a linguagem, pois, “para quem sabe interrogá-la, a linguagem está cheia de lições, já que depois de tantos séculos a humanidade deposita nela as aquisições de sua vida material e moral.” (1992, p. 17). Aos olhos de Bréal, é preciso “extrair da lingüística o que dela ressalta como alimento para a reflexão (porque) a lingüística fala ao homem dele mesmo: ela lhe mostra como ele construiu, como aperfeiçoou, por sobre obstáculos de toda natureza, malgrado inevitáveis demoras, e mesmo recuos

momentâneos, o mais necessário instrumento de civilização.” (1992, p. 17). Essas preocupações Bréal divide conosco em seus estudos sobre a ciência das significações, que ele se propôs chamar de Semântica.

Em Benveniste há toda uma preocupação com as duas possibilidades de ser língua, no sistema e no uso. Como vamos discutir todas essas noções a partir de agora, aguardemos só mais um pouco.

1.1.1 Em Bréal, a vontade humana como causa primeira

Em 1883, Bréal escreve *Les lois intellectuelles du langage, fragment de sémantique*, em que assinala seu ponto de vista: 1- “as questões de significação não podem ser tratadas pela via etimológica, mas pela consideração de seu emprego; 2- é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem.” (Bréal, 1883, apud Guimarães, 1995, p. 13).⁵

Na obra de 1897, *Ensaio de semântica, ciência das significações*, Bréal diz que a vontade humana é a causa de todo o desenvolvimento da linguagem, “uma vontade obscura, mas perseverante (que) preside às mudanças na linguagem [...]”, e que é representada sob a forma de bilhões de tentativas ou infelizes ou bem sucedidas, corrigidas e aperfeiçoadas que chegam a uma dada direção, “pois o objetivo, em matéria de linguagem, é o de ser compreendido.” (1992, p. 19). Para Bréal, “a linguagem não tem realidade fora da atividade

⁵ Justificamos o uso de apud, porque nos foi impossível conseguir o original de Bréal, e optamos por não deixar de referir as questões importantes que Bréal afirma. Sobre o princípio 2, Bréal complementa: “Considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe a influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado a fazer em fonética,

humana, tudo na linguagem vem do homem e se endereça ao homem.”⁶ (1992, p. 195). Ele confirma:

[...] a linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. Ela é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas. Isso não é diminuir a importância da linguagem, por lhe reconhecer somente essa existência ideal. É, ao contrário, colocá-la entre as coisas que ocupam o primeiro lugar e exercem a maior influência no mundo, já que essas existências ideais – religiões, leis, tradições, costumes – são o que dá uma forma à vida humana. (1992, p.197).

Segundo Bréal, quando a língua se modifica simultaneamente em todo um grupo de pessoas, não se deve a problemas generalizados nos órgãos da fala, mas ao instinto de imitação e à necessidade de ser compreendido, pois como a fala é fundamentalmente um meio de comunicação⁷, se as pessoas não puderem mais se comunicar, é preciso que a língua se modifique, atendendo às necessidades de clareza e de compreensão dos que vivem as mesmas vidas.

É interessante ver como Bréal vai desenrolando seu novelo de reflexões sobre os fatos da língua. Ele diz que “a língua oferece a matéria do primeiro ensinamento” em qualquer país

a história de uma vogal e de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases.” (Bréal, 1883, p.133, apud Guimarães, 1995, p. 13).

⁶ Para Benveniste, “a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem, [...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver.” (1995, p. 17 e 285; 1989, p. 222).

⁷ Para Benveniste, “a língua é o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade. Se a língua é um instrumento de comunicação ou o instrumento da comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, de unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa

e em qualquer tempo, na Antigüidade ou na Modernidade, e os “pronomes *eu* e *tu*, *meu* e *teu*, que, mudando de boca, se transpõem de um a outro”, são a primeira lição de psicologia das crianças, assim como “o adjetivo e o verbo são as primeiras abstrações compreendidas” por elas (1992, p. 163), porque a fala quotidiana, de mãe para filho, de avó para neto, é uma aprendizagem de todas as horas do dia e de todos os lugares, estimulada pela necessidade e pelo fato de que associa as palavras às coisas.

Eis aqui como é fácil entender os dêiticos, já que são a primeira aula de psicologia das crianças. O semanticista trata das noções da língua mostrando, parece-nos, que nada é difícil de ser aprendido, todas as coisas advêm de uma mesma necessidade, a de serem compreendidas.

Prestemos atenção na questão do pronome, pois no segundo capítulo dele trataremos, e com uma mudança de ponto de vista muito grande.

Bréal entende que o pronome é a origem e base das línguas, e foi opondo-se a ele que as outras espécies de palavras se distinguiram em categorias gramaticais; o pronome é a *espécie de palavra* que primeiro se distinguiu porque *é mais instintivo, exige menos invenção e é mais facilmente comentado pelo gesto*, e, o mais importante: “como o *eu*, cujo lugar tem tanto destaque para a maioria dos homens, poderia não ter uma expressão para se designar?” (1992, p. 132). Os pronomes são os mais antigos, mas também os mais móveis da linguagem, pois jamais se vinculam a um ser, *viajam continuamente*: “Há tantos *eu* quantos indivíduos que falam. Há tantos *tu* quantos indivíduos a quem eu possa me dirigir. Há tantos *ele* quanto

necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando e que as possibilidades de utilização dos signos e de combinação destes signos aumentam em consequência.” (1989, p. 99).

os objetos reais ou imaginários que o mundo contém. Essa mobilidade⁸ existe porque eles não contêm nenhum elemento descritivo.” (1992, p. 132).

Não podemos deixar de comentar, porque para nós é surpreendente, as características com as quais Bréal define o pronome: “mais instintivo, exige menos invenção, mais facilmente comentado pelo gesto”. Seria possível pensar em fixar uma classe gramatical sob essa tipologia: “palavras mais instintivas”? Não é admirável o olhar de Bréal sobre a língua?

As surpresas, porém, apenas começaram. Ao falar sobre as pessoas verbais, Bréal (1992, p. 217) diz que não há língua desprovida de pronomes pessoais, mas é interessante observar que a desinência pessoal no verbo deve ter sido durante muito tempo inútil, porque a pessoa é suficientemente indicada pelo gesto (1992, p. 209). Sobre as três pessoas do verbo, diz Bréal

[...] o homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a primeira). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo.⁹ Quanto à segunda pessoa, ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem (1992, p. 161),

⁸ Benveniste também se manifesta sobre a mobilidade do signo ao dizer: “se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um *indicativo* distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu *indicativo* próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao exercício da língua e declara o locutor como tal.” (1995, p. 281).

⁹ Para Guimarães, em Bréal, “a subjetividade do *eu* é apresentada como se dando pela oposição que o homem se dá relativamente às coisas do mundo. A subjetividade não é intersubjetiva, como em Benveniste, é relativa ao mundo do qual o homem se destaca, e nesse corte instala-se a *primeira pessoa* e a *segunda* que se acha pela primeira interpelada.” Para Bréal, diz Guimarães, “a subjetividade é uma relação homem/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. A subjetividade não omite o mundo, é uma relação com ele. Voltar a Bréal aqui mostra o corte benvenistiano sobre o trabalho de Bréal, a partir do corte saussuriano que exclui o mundo da linguagem, dos sentidos. Em Bréal o sentido é uma relação com o mundo.” (Guimarães, 1992, p.14-15).

enquanto as duas primeiras fazem parte do que Bréal denomina *o elemento subjetivo da linguagem*.¹⁰

Bréal reforça a cada passo que ele parte da língua em uso, como acima quando fala da inutilidade da desinência verbal porque a pessoa é indicada pelo gesto. É sempre a situações de fala que ele se refere. A questão que se apresenta aqui junto com o elemento subjetivo é retomada por Benveniste cinquenta anos depois e podemos dizer *ipsis verbis*. Essa distinção que Bréal faz entre as duas primeiras pessoas, que são a parte subjetiva da linguagem, e a terceira pessoa, que é a parte objetiva da linguagem, é a mesma que Benveniste estabelece no quadro da enunciação entre pessoas e não-pessoa. Como discutiremos exaustivamente essa questão logo mais, furtamo-nos de maiores esclarecimentos agora.

Segundo Bréal, se considerarmos a linguagem como um drama, as palavras como atores e o agenciamento gramatical como o movimento dos personagens, é preciso acrescentar que “o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal” (1992, p. 157) e é essa intervenção que Bréal chama *o aspecto subjetivo da linguagem*.¹¹ E de que modo o produtor intervém e marca sua presença na linguagem? “1- por palavras ou membros de frases; 2- por formas gramaticais; 3- pelo plano geral de nossas línguas.” (1992, p. 157).

Se dizemos em relação a um acidente *felizmente ninguém se feriu, felizmente* não se aplica ao acidente, expressa somente o sentimento do narrador. Há na língua muitos advérbios, adjetivos e membros de frase, como *talvez, na minha opinião, provavelmente, sem dúvida, etc.*, que são apreciações do narrador usadas para marcar “a maior ou menor certeza ou confiança daquele que fala (e servem para dar) nuança às impressões ou às intenções dos

¹⁰“Não há como não ver nessa passagem a inspiração de Benveniste para seu estudo sobre as pessoas verbais e os pronomes.” (Guimarães, 1992, p. 14).

interlocutores (como) gestos feitos *en passant* ou olhares inteligentes lançados para o ouvinte.” (1992, p. 157-8).

Estão tão entrelaçados na linguagem os sentimentos do narrador com os fatos narrados por ele que se torna difícil separar as palavras que servem apenas *para expor os próprios fatos* das palavras em que o *elemento subjetivo* está presente. A trama da linguagem é de tal modo tecida por esses dois elementos que a nós, muitas vezes, essa mistura passa despercebida.

O verbo, no entanto, é o paradigma lingüístico em que *essa mistura é mais visível*,¹² porque o verbo, para os gregos, na voz de Apolônio Díscolo, “é uma parte do discurso desprovida de caso, tendo formas especiais para marcar *o tempo, a voz ativa, passiva ou neutra, as pessoas*, ao mesmo tempo que mostra *as disposições da alma*.” (apud¹³ Bréal, 1992, p. 212).

Os modos verbais, quando enunciam um fato tramam concomitantemente o elemento que revela nosso estado de alma, nossos desejos, nossas vontades. Se dizemos *Deus te proteja*, temos nessa expressão a idéia de uma proteção oferecida por Deus e a idéia do desejo de quem fala, duas idéias entranhadas, porque a mesma palavra que marca a ação de Deus marca também o desejo do que fala (1992, p. 159). Eis aí no modo optativo o elemento subjetivo, que, diga-se logo, não é o único modo a revelar as diáteses da alma; o modo subjuntivo e o modo imperativo também misturam igualmente à idéia de ação um elemento extraído das disposições da alma.

¹¹ Para Guimarães, essa concepção “não pode deixar de ser vista como decisiva para a concepção benvenistiana da intersubjetividade, portanto, para as colocações enunciativas de Benveniste.” (1995, p. 12).

¹² Para Benveniste, a forma verbal em todas as suas variações, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc., pertence à parte subjetiva da linguagem (1995, p. 281).

¹³ Só tivemos acesso aos escritos de Apolônio Díscolo na obra de Bréal e na de Moura Neves, por isso a necessidade de apud.

O subjuntivo e o optativo, cujos sentidos tanto se aproximam, foram conservados em algumas línguas, o que mostra, diz Bréal, o lugar importante que a linguagem atribuía ao elemento subjetivo. As línguas que, como o grego, conservaram um e outro modo, procuraram diferenciá-los. “Mas a maior parte dos idiomas, um pouco embaraçada por esse excesso de riqueza, fundiu optativo e subjuntivo.” (1992, p. 159).

O imperativo é o modo em que, segundo Bréal, o elemento subjetivo se mostra mais fortemente: o imperativo une à idéia de ação a idéia da vontade daquele que fala. Por exemplo, quando dizemos *De pé!* ou *Estudem, crianças!*, a diferença entre os dois enunciados é que, no primeiro caso, o elemento subjetivo aparece no tom de voz, no aspecto da fisionomia, na atitude do corpo, que são os encarregados de expressá-lo, e, embora não esteja representado pela escrita, é uma parte essencial da linguagem; no segundo caso o verbo dá lugar ao elemento subjetivo na sua própria contextura (1992, p. 212).

O que há de mais essencial nos verbos são os modos, não os modos da gramática, mas modos claramente delimitados, que se reduzem a dois: ordem e realização. Duas formas que podem marcar, no primeiro caso, uma ordem, um pedido, um desejo, uma advertência, e, no segundo caso, um fato, um estado, uma ação, um sentimento.

Em torno desses dois pólos gravita a conjugação, o resto foi acrescentado posteriormente. Os pedidos e os desejos foram multiplicados e diversificados pelas crenças religiosas, pois o homem sempre invoca a divindade para pedir proteção, obter benefícios; se abrimos os livros sagrados antigos ou o catecismo atual, diz Bréal, veremos o predomínio do imperativo e do optativo (1992, p. 213).

O imperativo, o optativo e o subjuntivo são modos de comando; eles “representam uma das faces essenciais, uma das atividades mestras do verbo e pertencem ao mais antigo fundo da linguagem.” (Bréal, 1992, p. 214). “A abundância dos modos de comando não foi

perdida pelas épocas mais recentes. A forma mais enérgica – o imperativo – guardou geralmente seu valor primitivo”. (p. 213).

Após trinta ou quarenta séculos, e quase da mesma forma, o imperativo preenche a função à qual era inicialmente destinado. O subjuntivo é o modo da dúvida e da deliberação, porque para o espírito que delibera, que hesita, as diferentes resoluções a tomar se apresentam sucessivamente sob a forma de ordens que são dadas a si mesmo. O optativo é o modo que exprime uma condição, porque a condição se apresentou ao espírito primeiro sob o aspecto de um voto ou de um desejo (1992, p. 213-4).

Falamos dos três modos de comando, mas agora precisamos falar do modo que anuncia um acontecimento, proclama um fato, afirma um estado: é o modo indicativo. Pareceria muito trabalho para um só modo, mas outras formas serviram para exprimir a idéia de afirmação; formas que se transformaram no que, na conjugação, chama-se tempo.

Essa noção de tempo foi atribuída tardiamente, pois não havia nas conjugações primitivas, diz Bréal, formas próprias para marcar a ação passada ou a futura: para o grego *eimi* significa normalmente *eu vou e eu irei*; e a abundância de pretéritos não deve nos confundir, pois todos eram variantes do presente, que também não se marcava especificamente. “O que chamamos de presente, mesmo atualmente, é a ausência de toda determinação de tempo, como quando dizemos: *La Seine passe à Paris; La terre tourne autour du soleil.*” (Bréal, 1992, p. 210). Bréal diz:

[...] parece até que essa entrada da idéia temporal na conjugação não vai muito longe no tempo. Na época homérica, a língua ainda está às apalpadelas. Também, nos latinos, surpreendemos os balbucios de uma época que ainda, quando fala, não diferencia o passado do presente. Sobre um dos mais antigos monumentos romanos, onde estão enumerados os títulos de um dos Cipíões, diz-se: *Samniom Cepit, subigit omnem Loucanam, opsidesque abdoucit.* Essa mistura das formas é própria de uma língua não afeita à distinção dos tempos. (1992, p. 210).

Vemos, em Bréal, considerações sobre a questão da referência e da cena enunciativa, que serão tratadas logo mais, quando ele diz que as línguas são “condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa” (1992, p. 81): às vezes a expressão é ampla demais, às vezes restrita demais. No entanto, essa *falta de ajuste* não é percebida porque

[...] a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e porque no ouvinte, que é sempre metade em toda a linguagem, a atenção indo direto ao pensamento, sem se deter no valor literal, a restringe ou a estende segundo a intenção daquele que fala. (1992, p. 81).

A multiplicidade de sentidos de uma palavra também não produz nem obscuridade, nem confusão, porque a palavra

[...] chega preparada pelo que a precede e pelo que a rodeia, comentada pelo tempo e o lugar, determinada pelos personagens que estão em cena. Não há mais que um sentido, não só para aquele que fala, mas ainda para aquele que escuta, pois há uma maneira ativa de escutar que acompanha e previne o orador. Basta entrar de improviso numa conversação já começada, para ver que as palavras são guias pouco seguros, e que elas têm necessidade desse conjunto de circunstâncias, o qual como a clave em música, fixa o valor dos signos. (1992, p.184-5).

Não há como não ver nas afirmações de Bréal muito do que veremos depois em Benveniste. A questão que Bréal apresenta acima ao dizer que não há mais que um sentido para o que fala e para o que escuta é a condição de co-referencialidade do discurso, que logo discutiremos. Gostaríamos de ter mais espaço e tempo para comentar cada frase de Bréal, a sua extrema sensibilidade, sua acurada visão para tudo que releva da língua. Sua obra, com certeza, teria muito mais a nos contar sobre a significação da linguagem. Benveniste tem razão quando diz que Bréal era “[...] um homem que tinha o sentido dos homens.” (1989, p. 12).

É importante para o nosso estudo entendermos que, assim como Benveniste, Bréal procura a significação na língua. Toda a subjetividade humana é representada pelo plano geral de nossas línguas, pelos nossos gestos, pelo tom de voz, por nossas palavras, por nossas frases e por nossa gramática.

Bréal nos dá uma aula mostrando que a língua nos oferece palavras nômades, os dêiticos, ora no deserto, ora no mar, ora na cidade, sempre irrepreensíveis na sua função de comunicar e de se comunicar: como o homem viveria sem seu distintivo específico, o *ego*, capaz de destacá-lo e de promovê-lo à condição única do *ser*? A extrema egocentricidade humana exigiu uma marca única que a generosidade da língua nunca negou, o *ego* travestido na particularidade de cada língua, *Eu, Je, I, Ich, Watashi*, etc. Se o solipsismo do homem houve por bem reservar-se um signo próprio e estender esse direito de propriedade a tudo que lhe pertence e a tudo que lhe diz respeito, a língua respeita, faz do palco do sujeito o seu palco, e emaranhando de tal forma os sentimentos do sujeito com os fatos que ele narra, transforma-o em um fazedor eterno de metáforas, com a precípua intenção de deixar que a vontade *obscura mas perseverante* do homem desenvolva a linguagem, transforme a linguagem,

[...] como aquelas conchas que juncam a praia, restos de animais que viveram, uns ontem, outros há séculos, as línguas são repletas de despojos de idéias modernas ou antigas, umas ainda vivas, outras desde muito tempo esquecidas. Todas as civilizações, todos os costumes, todas as conquistas e todos os sonhos da humanidade deixaram sua marca que, com um pouco de atenção, se vê reaparecer. (Bréal, 1992, p. 186).

1.1.2 Em Benveniste, o humano e interminável diálogo

Pretendemos, agora, trazer ao debate os artigos de Benveniste que tratam da teoria da enunciação, especialmente os marcados pela subjetividade e intersubjetividade, os quais, embora sem referência expressa a Bréal, são uma notória retomada do pensamento do ilustre autor de *Ensaio de Semântica, a ciência das significações*. A significação é o tema transversal a toda esta discussão.

A caminhada de Benveniste em busca da teoria da enunciação foi longa e cheia de tropeços, de muitas dúvidas e de poucas certezas, como só acontece para os que estudam a linguagem. O lingüista sabe que a linguagem tem como função *dizer alguma coisa*. Mas o que é exatamente essa *coisa* em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Eis aí o problema da significação (Benveniste, 1989, p. 8).

A vocação original da linguagem é significar e isso transcende e explica todas as funções que a linguagem assegura no meio humano: todas as atividades da fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso, e, resume Benveniste, “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*.” (1995, p. 222). Faltando a linguagem, não haveria nem possibilidade de sociedade, nem de humanidade, porque “o próprio da linguagem é antes de tudo significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação.” (1995, p. 222).

Nesta parte do trabalho pretendemos mostrar, então, que o caminho da significação passa pelo da enunciação, mas tem um porto seguro onde Benveniste ancora o navio da subjetividade, levando a bordo os baús das pessoas verbais, dos locutores/sujeitos, e necessariamente sua temporalidade e sua espacialidade.

Benveniste entende a pessoa verbal como um fato de linguagem *sui-generis*, pois todas as línguas possuem formas lingüísticas que indicam a pessoa, “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível.” (1995, p. 287). Por isso, suas primeiras reflexões sobre a teoria que ficará conhecida como teoria da enunciação têm como berço a pessoa verbal. Fato que não nos causa nenhuma estranheza, se levarmos em consideração que a enunciação de Benveniste centra-se no *este-aqui-agora* do sujeito.

Normand (1996b, p. 145) diz que o problema de Benveniste era explicitamente a significação, mas ele “encontrava, necessariamente, o sujeito¹⁴ que fala e dá (ou pensa dar) sentido”. Onde é que esse sujeito grava sua identidade primeira senão nas pessoas verbais e nos pronomes? Tudo em lingüística, para Benveniste, é consequência dessa marca. Assim, no texto de 1946, *estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste diz:

[...] em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa, constituindo a enumeração das pessoas propriamente a conjugação; distinguem-se três no singular, no plural e eventualmente no dual. Essa classificação é notoriamente herdada da gramática grega, na qual as formas verbais flexionadas constituem *prosopa, personae, figurações* sob as quais se realiza a noção verbal. (1995, p. 247).

Nesse texto, Benveniste analisa e descreve as pessoas em suas oposições formais, discordando da classificação grega em três pessoas verbais e somente três, alinhadas em uma *ordem constante* e em um *plano uniforme* com *seres* que são *eu, tu, e ele*. Ora, para Benveniste, essas diferenças são de natureza *lexical*, não nos informando nada sobre a necessidade da categoria, o conteúdo que ela implica ou as relações que reúnem as diferentes

¹⁴ Normand (1996b, p.145) diz do sujeito: Como lhe dar lugar com todo rigor? Em 1969, uma solução: Benveniste “o elimina completamente do semiótico (sistema de sinais fechado, na tradição saussuriana) para introduzi-lo no semântico, porque sem sujeito não há função predicativa, não há frase; mas o que se apresenta sob esse termo, nós o vimos, é uma mistura bastante vaga de sujeito gramatical, psicológico, filosófico, antes uma retomada do que uma novidade. A novidade, que não se formula em termos definitivos, está na problemática da *emunciação*, ora, na sua elaboração final (1970), esta questiona a solução decisiva de 1969. Na medida em que os indivíduos lingüísticos, que ela exhibe, não podem se classificar nem de um nem de outro; eles

peçoas, portanto ele propõe uma teoria lingüística da peçoas verbal que se “resumirá inteiramente na estrutura [...] das oposições que diferenciam as peçoas.” (1995, p. 250).

As três peçoas não são homogêneas, pois nas duas primeiras “há ao mesmo tempo uma peçoas e um discurso sobre essa peçoas: *Eu* é o que fala enunciando *eu*, dizendo *eu* não posso deixar de falar de mim; como *tu* é designado por *eu*, *eu* “enuncia algo como um predicado de *tu*”; da terceira peçoas um predicado é “bem enunciado somente fora do *eu - tu*”; por isso é “questionável a legitimidade” da forma *ele* como peçoas.

Para Benveniste, “estamos aqui no centro do problema”, e nós concordamos. Ele diz que “a forma dita de terceira peçoas comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma *peçoas* específica. O elemento variável e propriamente *peçoas* falta aqui.” (1995, p. 250).

Benveniste faz o inventário da terceira peçoas em algumas línguas para provar sua tese: ela é “bem o ausente dos gramáticos árabes”; no semítico, a terceira do singular do perfeito não tem desinência; no turco, a terceira do singular tem a marca zero em face da primeira e da segunda; no ugro-fínico, a terceira do singular representa o tema *nu*, sem desinência; em georgiano, na conjugação subjetiva, as duas primeiras peçoas além das desinências apresentam prefixos, mas a terceira do singular tem apenas desinência.

Assim, Benveniste vai listando inúmeras línguas para “pôr em evidência que as duas primeiras peçoas não estão no mesmo plano que a terceira, que esta é sempre tratada diferentemente e não como uma verdadeira peçoas verbal e que a classificação uniforme em três peçoas paralelas não convém ao verbo dessas línguas” (1995, p. 251), fato que também é comprovado nas línguas indo-européias, como o lituano, o sânscrito, o grego moderno, em

estão dos dois lados, fissuram o fechamento do sistema (o semiótico) e por isto mesmo não podem ser reduzidos aos termos tradicionais lógico-gramaticais da análise sintática.”

que há também desacordo entre a terceira e as duas primeiras pessoas; no inglês, a diferença se estabelece porque a terceira do singular é a única marcada com *s* ou *es*.

Para Benveniste, a flexão normal no indo-europeu é uma singularidade, a simetria entre as pessoas é uma anomalia, “a terceira pessoa foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-européia tende a pôr em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar.” (1995, p. 252).

Portanto, se quisermos falar de pessoa, será somente em relação às posições *eu* e *tu*. A terceira pessoa é estruturalmente a forma não pessoal da flexão verbal, pois serve quando a pessoa não é designada ou nas expressões impessoais como *chove*, *troveja*, *neva*, em que não há agente produzindo o fenômeno, apenas o relato do processo. Ao contrário de *eu* e *tu*, que são sempre únicos e podem inverter-se, *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, e é impossível invertê-lo com os dois primeiros. “A terceira pessoa é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente.” (1995, p. 253). Tudo que não pertence a *eu-tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa. A terceira pessoa pode eventualmente ser empregada em expressões de respeito ou de ultraje, segundo o desejo de reverenciar ou de anular alguém.

É importante assinalar que na nomenclatura gramatical da Índia, a primeira pessoa é a nossa terceira pessoa, há uma pessoa intermediária, que é a nossa segunda pessoa, e há a última pessoa, que é a nossa primeira pessoa.

Para marcar bem a diferença entre o par *eu-tu* e *ele*, Benveniste estabelece dois tipos de correlação: a de pessoalidade e a de subjetividade. Na de pessoalidade, *eu* e *tu*, com marcas de pessoa se oporiam a *ele*, privado dessa marca. Na de subjetividade, *eu* e *tu* são inversíveis, mas não hegemônicos, pois é sempre *eu* que propõe *tu*, portanto *eu* é transcendente em relação a *tu*. *Eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*, no entanto nenhum dos dois termos se

concebe sem o outro. A polaridade das pessoas é uma condição fundamental da linguagem, visto que a linguagem só é possível porque o locutor ao dizer *eu*, se apresentando como sujeito, propõe *tu*, que no momento seguinte será *eu*. *Tu*, portanto, é a pessoa não subjetiva em relação a *eu*, mas *eu e tu* juntas se opõem à forma da *não-pessoa, ele*.

A subjetividade e a unicidade inerentes a *eu* nos mostram um problema assaz interessante: o plural *nós* não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de *eu* e *não-eu*, não importando o conteúdo do *não-eu*, os componentes não se equivalem, porque *eu* predomina, visto que só há *nós* a partir de *eu* que sujeita o *não-eu*. *Nós* também é empregado no plural majestático, em que o *eu* se amplifica em uma pessoa *mais maciça, mais solene e menos definida*, e na questão da autoria e da oratória, em que “*nós*” atenua a afirmação muito marcada de *eu* convertendo-se em uma expressão *mais ampla e difusa* (Benveniste, 1995, p. 258).

Benveniste acredita que se pode explicar *por aí* as *contaminações* ou *encabrestamentos* do singular e do plural, ou do plural e do impessoal na *linguagem popular ou campesina*, como no francês *nous, on va*: é a “necessidade de dar a *nós* uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um *eu* prudentemente generalizado.” (1995, p. 258). Na passagem do *tu* ao *vós*, no sentido coletivo ou de polidez, há uma generalização de *tu*, metafórica ou real, fazendo com que o *tu* nas línguas ocidentais assumia valor estritamente familiar. Aos olhos de Benveniste, singular e plural, na ordem das pessoas, deveriam considerar a distinção entre *pessoa estrita* (= singular) e *pessoa amplificada* (= plural). Só a terceira pessoa por ser não-pessoa admitiria *um verdadeiro plural* (1995, p. 259).

Dez anos depois, no texto de 1956, *a natureza dos pronomes*, Benveniste considera a questão dos pronomes como um problema de linguagem, mostrando que os pronomes se distinguem conforme “o modo de linguagem do qual são os signos” (1995, p. 277): uns signos

pertencem à sintaxe, outros às instâncias de discurso, que são “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor.” (1995, p. 277). Ao nível sintático Benveniste opõe o nível pragmático.

Para Benveniste (1995, p. 277), a organização referencial dos signos lingüísticos espelha o que à primeira vista nos passa despercebido: empregar *eu e tu* é diferente de empregar *ele* ou um nome, porque *eu e tu* têm como referência somente a instância de discurso que os contém, já que são seres únicos a cada enunciação, ao contrário de *ele* ou do nome, que têm como referência “uma noção constante e *objetiva*, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular.” (1995, p. 278). “Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único proposto como tal. [...] *Eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. As formas *ele, o isso*, são *substitutos abreviativos* e predicam o processo de *não importa quem ou não importa o que*, exceto a própria instância e podem ser munidos de uma referência objetiva (1995, p. 282).

Benveniste opõe assim os signos que têm referência na instância de discurso e aqueles que têm referência objetiva. Os primeiros são os signos vazios, que se plenificam logo que o locutor os assume em cada instância de discurso. Esses signos vazios, “como são desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados, não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação.” (1995, p. 280).

Os segundos são os signos plenos, que não remetem a eles mesmos mas a uma situação objetiva. Os signos vazios pertencem ao domínio do *eu e tu*. Os signos plenos ao domínio do *ele, da não-pessoa*.

Chegamos aqui a um ponto crucial da teoria. Esse profundo divisor de águas, isto é, o tipo de referência que é estabelecido quando empregamos as pessoas *eu e tu* e quando empregamos a *não-pessoa, ele*, vai engendrar noções e oposições fundamentais; são dois

mundos à primeira vista irreconciliáveis, pois Benveniste investe os signos vazios de uma importância capital: são eles os responsáveis pela conversão da língua em discurso e pela subjetividade na linguagem.

Em que lugar, então, encontraríamos esses mecanismos mágicos que possibilitariam transformar a língua, sistema de signos, em língua, sistema discursivo, habitada por sujeitos e mundo? Esse lugar tão banal e tão sutil que nos passa despercebido encontramos no exercício da língua.

Como bem diz Benveniste no artigo de 1958, *da subjetividade na linguagem*, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem [...] pois a linguagem está na natureza do homem [...]” (1995, p. 285).

Esse diálogo interminável que se plasmou no alvorecer dos tempos funda ao mesmo tempo a discursividade e a subjetividade: a partir do momento em que “ego” diz *ego*, ou seja, a partir do momento em que o locutor se apresenta como sujeito dizendo *eu* no seu próprio discurso e propõe *tu* como seu interlocutor, entra em cena um diálogo em que *eu* e *tu* invertem seus papéis indefinidamente, eis aí a intersubjetividade instalada na linguagem, pois, como não há *eu* sem que haja *tu*, não podemos mais falar em subjetividade, mas em intersubjetividade, são sujeitos que se propõem a cada ato enunciativo.

O par *eu-tu* é o ancoradouro da intersubjetividade e da discursividade na linguagem. Seria, no entanto, digna de lástima a língua que se contentasse com um único par para a revelação de sua intersubjetividade e discursividade. Na verdade, as línguas são pródigas em elementos subjetivos. Todos os signos, cujo traço comum é o fato de se definirem com relação à instância de discurso na qual são produzidos sob a dependência de *ego*, são considerados indicadores da *dêixis*: os pronomes demonstrativos, os advérbios, os adjetivos e todas as variações do paradigma verbal, como *este – aqui – agora – o presente* – e todos os seus

correlatos, que organizam as relações espaciais e temporais de *ego* tomado como ponto de referência.

Nas coordenadas espaciais, um objeto pode estar perto ou longe de mim ou de ti, pode ser orientado, defronte ou detrás de mim ou de ti, no alto ou embaixo, visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc. “O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência.” (Benveniste, 1989, p. 70). O espaço¹⁵ lingüístico, diz Fiorin (2001, p. 262), concordando com Benveniste, “ordena-se a partir do *hic*¹⁶, ou seja, do lugar do *ego*. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização”. O espaço lingüístico não é estabelecido em razão das posições ou dos movimentos de coordenadas geométricas, mas define-se e ordena-se como função do discurso, está ligado organicamente ao exercício da fala. O espaço, “assim como o tempo, tem um centro gerador e axial no espaço da enunciação, que será sempre um *hic*.” (2001, p. 263).

O enunciador, ao usar *hic* (*aqui*), situa os corpos em um espaço que é reinventado a cada ato enunciativo, cada vez que alguém toma a palavra e cria um espaço novo ainda não habitado, eis o espaço axial do discurso, o único espaço inerente à linguagem, que é sempre implícito e que determina os outros (Fiorin, 2001, p. 263). Esse espaço lingüístico que é do *eu* é aceito pelo interlocutor como seu, a espacialidade do *eu* se transforma na espacialidade do *tu*, eis a condição de inteligibilidade da linguagem, o espaço do discurso funciona, pois, como um fator de intersubjetividade.

¹⁵ Fiorin (2001) explicita muito bem a questão do espaço lingüístico e do espaço tópico.

¹⁶ Na língua latina, *hic* pode significar o advérbio *aqui*, e o pronome demonstrativo *este*.

Nas coordenadas temporais, as formas lingüísticas que exprimem o *tempo* são reveladoras de uma experiência subjetiva muito rica; a temporalidade pode ser expressa pela flexão de um verbo ou por meio de partículas, advérbios, variações lexicais, etc. Uma língua sempre traz a marca do tempo.

Há um tempo específico da língua que é preciso distinguir do tempo físico do mundo (e seu correlato psíquico) e do tempo crônico. Em nossa visão de mundo e em nossa existência pessoal só há o tempo crônico.

No artigo de 1965, *a linguagem e a experiência humana*, diz Benveniste “nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar” (Benveniste, 1989, p. 71), por isso temos pontos de referência que possibilitam a leitura dos acontecimentos e de nossa vida em duas direções, do passado ao presente ou do presente ao passado; nossa vida, no entanto, corre em uma única direção, ao contrário do tempo crônico que, congelado na história, pode correr em duas.

No tempo crônico, o *tempo* é a “continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no tempo*. Tudo está no tempo exceto o próprio tempo.” (1989, p. 71).

Para objetivar o tempo crônico, as sociedades humanas instituíram um cômputo baseado na recorrência dos fenômenos naturais, marés, sol, lua, etc., e imprimiram essas ocorrências em calendários, procedentes de um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo, um acontecimento como, por exemplo, o nascimento de Cristo ou de Buda. Esse é o eixo *estativo*, que permite estabelecer o antes e o depois, e as unidades de medida, dia, mês,

ano, semanas, dias, etc., em relação ao eixo *estativo*, que é a condição *diretiva* e a condição *mensurativa*. Esses pontos, ao definir a posição objetiva dos acontecimentos, definem também a nossa relação com os acontecimentos. “Eles nos informam no sentido próprio *onde* estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram.” (1989, p. 73).

Esse eixo de referência se encontra em um sistema cujas necessidades internas são coercivas, não pode ser mudado, pois é estabelecido por uma convenção irrevogável, o que nos permite viver em um mundo orientado e a empregar um discurso sensato e a não falar a *linguagem da loucura*.

O tempo crônico é fixo e é intemporal: os dias, os meses, os anos são quantidades fixas, mas são denominações do tempo que não participam da natureza do tempo; o calendário é exterior ao tempo; os registros do calendário são exatamente iguais sempre, não indicando nunca o presente, o passado ou o futuro daquele que vive o tempo, o que é fixado em um calendário é estranho ao tempo vivido e não pode coincidir com ele.

Benveniste diz que é “pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo.” (1989, p. 74). O tempo lingüístico está organicamente ligado ao exercício da fala, ele se define e se organiza como função do discurso. Portanto, esse tempo só pode ser o presente da instância de discurso, eis o centro gerador e axial do tempo lingüístico: o tempo em que se está é o tempo em que se fala, esse é o momento eternamente presente, embora não se refira cronologicamente aos mesmos acontecimentos, porque o locutor determinará a cada vez uma nova instância de discurso, que será um novo presente. O tempo lingüístico é *sui-referencial*. Para Benveniste, “a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem.” (1995, p. 289).

O único tempo da língua, portanto, é o presente, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso. O passado e o futuro são vistos pela língua como pontos vistos para trás ou para frente a partir do presente; o eixo de referência temporal da língua é a presente instância de discurso, não poderíamos situar esse eixo no passado ou no futuro; “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e este presente é implícito.” (Benveniste, 1989, p. 76).

A temporalidade confere aos locutores uma cumplicidade discursiva, permitindo que a temporalidade de um se transforme na temporalidade do outro, o meu *hoje* será o *hoje* de meu interlocutor e vice-versa, e

essa parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem [...] o tempo do discurso funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação lingüística. (1989, p. 78).

Não haverá comunicação lingüística se, abstraindo a presente instância de discurso, um leitor encontrar-se diante de um documento escrito em que se assinale um *hoje* ou *esta semana*, etc., sem referência ao momento do acontecimento, já que ele não conseguirá determinar o tempo crônico, eis que privado de uma data identificativa; para que houvesse a comunicação seria preciso escrever *hoje*, dia tal do mês tal do ano tal. Do mesmo modo um *eu* fora do contexto discursivo teria necessidade de uma atualização, escrevendo-se ao lado do *eu*, fulano de tal, etc.

A temporalidade lingüística limita-se a dois dias para trás ou para a frente em relação ao *hoje*: *ontem e anteontem* ou *amanhã e depois-de-amanhã*, o *último* e o *próximo* não se distinguem do *ontem* e do *amanhã*. Cada vez que o locutor precisa determinar o tempo fora desses limites, o discurso utiliza a gradação do tempo crônico, por exemplo, “há oito dias”

torna-se “oito dias antes”, e por meio de operadores como “antes” e “depois” é possível transferir o tempo lingüístico para o tempo crônico.

A intersubjetividade, diz Benveniste:

[...] tem sua temporalidade, seus termos e suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (1989, p. 80).

Uma dialética singular é a mola dessa intersubjetividade. A língua se apresenta aos falantes sob duas possibilidades: no discurso, em que eles dispõem de um mesmo sistema de referências pessoais, que é a possibilidade do diálogo, da co-referencialidade, das relações intersubjetivas; e no sistema, em que os signos estão paradigmaticamente à espera de se realizarem no discurso.

É no artigo de 1969, *semiologia da língua*, que Benveniste discute a necessidade desses dois sistemas lingüísticos distintos, um para a língua/sistema outro para a língua/discurso, cada um com seu aparelho conceptual distinto, com objetos igualmente distintos. Para o que ele denomina semiótico, que abriga a língua/sistema, a teoria saussuriana do signo lingüístico serviria de base; para o semântico, que abriga a língua/discurso, seria necessário ultrapassar a noção de signo, como princípio único, pois estaríamos em uma nova dimensão, a do discurso.

Essa ultrapassagem seria feita por duas vias: 1- na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica; 2- na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (Benveniste, 1989, p. 67).

Consideremos a seguinte questão: nesse mesmo de texto de 1969, *semiologia da língua*, Benveniste diz que do signo à frase “não há transição nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa. O mundo do signo é fechado.” (1989, p. 66). Todavia, salvo melhor juízo, há, em dois textos, noções que transfiguram o hiato em traço de união.

No texto de 1968, *estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste (1989, p. 99) afirma que há duas propriedades inerentes à língua em seu nível mais profundo, a propriedade que é “constitutiva de sua natureza de ser formada de unidades significantes” e a propriedade que é “constitutiva de seu emprego de poder arranjar estes signos de maneira significativa” (é preciso manter distintas as duas propriedades, que comandam duas análises diferentes e se organizam em duas estruturas particulares). Entre estas duas propriedades, “o elo é estabelecido por uma terceira propriedade”, a propriedade *sintagmática*, que é a propriedade “de combiná-los em certas regras de consecução e somente de certa maneira”. O outro texto é *a forma e o sentido na linguagem*, de 1966, em que Benveniste diz “as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (1989, p. 233), e são também a unidade semântica. “Com as palavras, depois com grupos de palavras, formamos *frases*.” (Benveniste, 1995, p. 133).

Parece-nos que aqui Benveniste une semiótico e semântico em busca da significação; dito de outro modo, é a absoluta impossibilidade de manifestar o semântico sem o auxílio benevolente dos signos, posto que não haveria língua, que Benveniste transfigura o signo¹⁷ em palavra para que ele possa livremente correr pelos prados do discurso. Não queremos entender a questão equivocadamente: sempre teremos signo e palavra, um no sistema, a outra no discurso. Tudo se resume às artimanhas da língua em uso, que esconde o signo na palavra.

¹⁷ Não é nossa intenção fechar a relação signo e palavra.

Toda esta primeira parte supra foi dedicada ao que Benveniste e Bréal chamam de “a parte subjetiva da língua”, aquela que fica na esfera de *eu-tu*. A seguir, trataremos das reflexões de Benveniste em relação à parte sistêmica da língua, o que implica necessariamente o sistema do signo de Saussure. Este é o outro lado do quadro teórico.

1.2 De Saussure a Benveniste, a possibilidade de uma semântica estrutural

Saussure é um mestre irrequieto, que desenvolve idéias decisivas sobre a natureza da linguagem, e, entrelaçando todos os fios da linguagem, torna-se o ápice de uma longa cadeia de reflexão filosófica sobre a linguagem que negava veementemente que a língua pudesse ser concebida apenas como uma nomenclatura. A glória de Saussure foi a de ter dado à lingüística um objeto de estudo com todo o rigor científico.

Benveniste¹⁸ afirma que Saussure até o fim da sua vida, e cada vez mais *insistentemente, dolorosamente*, à medida que se adianta na sua reflexão, vai à procura dos *dados elementares* que constituem a linguagem. Mas, como descobri-los? Benveniste, tomando os ensinamentos do mestre, explica que

¹⁸ Benveniste revela o profundo respeito que tem por Saussure em belos artigos de sua obra *Problemas de Lingüística Geral I e II*, em que reverencia a vida e a obra do mestre genebrino. Para Saussure, Benveniste só encontra palavras de elogio: “extremamente precoce, com 21 para 22 anos é descoberto e adotado por Bréal, que adivinhou o que poderia ser um Saussure, o que ele já era. Saussure formou vários homens eminentes, entre eles, Meillet e Grammont, e cumpriu bem o seu destino. Além da sua vida terrena, as suas idéias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa.” (1995, p. 49 e 1989, p. 12). Benveniste foi discípulo de Meillet, na Sorbonne, e conta que recebeu os ensinamentos de gramática comparada de Saussure através de Meillet.

[...] é preciso um corpo de definições. É preciso enunciar as relações lógicas que estabelecemos entre os dados, os traços ou os aspectos sob os quais os apreendemos. Assim ir aos fundamentos é o único meio – mas o mais seguro – de explicar o fato concreto e contingente. Para atingir o concreto histórico, para substituir o contingente na sua própria necessidade devemos situar cada elemento na rede de relações que a determina, e estabelecer explicitamente que o fato só existe em virtude da definição que lhe damos. (1995, p. 37).

Benveniste diz que essa evidência se impôs desde o início a Saussure e nem sua vida toda foi suficiente para que ele pudesse introduzi-la na lingüística (1995, p. 37).

Um estudo que una o pensamento de Saussure ao de Benveniste deve levar em conta que, embora irremediavelmente separados pela vida, a lingüística, esta matéria que transcende a vida, enlaçou suas trajetórias também irremediavelmente. Benveniste também vai à procura dos dados elementares, talvez menos dolorosamente, porque o caminho já fora traçado por seu mestre.

Normand (1996b, p. 131) discute a ligação teórica que Benveniste mantém com Saussure, e resume bem toda a questão na qual Benveniste se debate ao longo de suas reflexões enunciativas ao dizer:

[...] em todas as suas (de Benveniste) análises da significação encontramos, em graus diversos, uma mesma tentativa de conciliação: só levar em conta a *singularidade do objeto língua entre todos os objetos da ciência* (Benveniste, 1989, p.46) e por aí, tratando *interno*, ele é fiel a Saussure; dominar a língua numa teoria coerente, ou melhor, completa e, por aí, ele é levado a reintroduzir o *externo* para ultrapassar Saussure. (1996b, p. 131).

Ressalvamos que ultrapassar aqui significa a necessidade de Benveniste de criar um outro pressuposto teórico, pois ele tratará também da língua em uso.

Assim, podemos afirmar que certamente com a mesma tenacidade dos Cavaleiros da Távola Redonda em demanda do Santo Graal, Benveniste busca o conceito de significação.

Normand (1996b, p. 137) diz que Saussure “deve ser ultrapassado pelo desenvolvimento do que é no *Cours* um elemento central mas insuficientemente elaborado, a questão da significação, abordada principalmente de forma negativa pela exclusão do referente.”

No *CLG*¹⁹, a questão da significação diz respeito à questão do valor. A teoria lingüística do valor é o *princípio cardeal* da lingüística estática de Saussure, o *coração* do “curso filosófico de lingüística”, o espelho de um fenômeno que Saussure denomina indiferentemente *sentido* ou *significação*²⁰ (Bouquet, 2000, p. 254-5).

É em 23 de junho de 1911, faltando apenas quatro dias para o fim do ano letivo, que Saussure²¹ expõe a teoria do valor. Ela foi apresentada nas aulas de 23, 27, 30 de junho e 04 de julho:

Na aula do terceiro curso intitulada *Valeur des termes et sens des mots*, conforme a anotação de Constantin²²: Em que as duas coisas se confundem e se distinguem. Onde há termos há também valores. Implicamos tacitamente a idéia de valor na de termo. É sempre difícil separar essas duas idéias. Quando falamos de *valor*, sentimos que ele se torna *aqui* sinônimo de *sentido* (*significação*), e isso indica um outro terreno de confusão (confusão que será ainda maior nas próprias coisas). O valor é um elemento do sentido, mas é preciso tomar o sentido apenas como um valor. Essa é talvez uma das operações mais delicadas a serem feitas em lingüística, ver como o sentido depende e ao mesmo tempo permanece distinto do valor. Aí explode a diferença entre a visão do lingüista e a visão limitada que considera a língua como uma nomenclatura. (Bouquet, 2000, nota de rodapé 29, p. 261).

¹⁹ Quando nomeamos *CLG* nos referimos ao *Curso de Lingüística Geral*, para distinguirmos o livro de 1916 dos trabalhos de exegese, os quais referenciamos com o nome de Saussure.

²⁰ “Bally e Sechehaye escrevem por conta própria que *o francês moutton pode ter a mesma significação que o inglês sheep, mas não o mesmo valor*, fixando no *Cours* uma oposição significação/valor que não existe de maneira alguma nos textos originais.” (Bouquet, 2000, nota de rodapé 39, p. 265).

²¹ Os enunciados originais de Saussure são apresentados em Bouquet (2000). Ele diz que “a leitura dos textos originais, livre da influência do *Cours de linguistique générale* e recolocada no quadro de uma teoria dos saberes, permite descobrir os modos pelos quais se tece essa relação de complementaridade, que liga uma epistemologia da gramática comparada a uma metafísica da linguagem renovada por essa epistemologia – e que produz uma ‘epistemologia programática’, ou seja, a projeção metafísica da epistemologia de uma ciência futura, da qual uma gramática do sentido constitui o quadrante principal.” (p. 16).

²² Constantin foi aluno de Saussure. Todas as referências às anotações de Constantin se encontram em Bouquet, (2000). O primeiro curso de Saussure foi em 1907, o segundo em 1908 e 1909, e o terceiro em 1910 e 1911.

Conforme as anotações de Constantin, nas notas preparatórias de Saussure para o terceiro curso lemos:

Valor é eminentemente sinônimo a cada instante de termo situado num sistema de termos semelhantes, da mesma forma que é eminentemente sinônimo de coisa cambiável. Por exemplo, uma moeda de vinte francos: 1- entra em seu valor uma coisa dessemelhante que eu posso trocar (por exemplo, libras de pão); 2- a comparação da moeda de vinte francos com moedas de um franco e de dois francos. O valor é, ao mesmo tempo, a contrapartida de uma e a contrapartida da outra. Jamais será possível encontrar a significação de uma palavra considerando apenas a coisa cambiável, mas somos obrigados a comparar a série semelhante de palavras comparáveis. Não podemos tomar as palavras isoladamente. É assim que o sistema de onde procedem os termos é uma das fontes do valor. É a soma dos termos comparáveis por oposição à idéia trocada. (Bouquet, 2000, notas de rodapé 30 e 31, p. 262 e 263).

A teoria do valor tem outros desdobramentos importantes para a reflexão da teoria saussuriana como um todo, é a exigüidade de nosso trabalho que não nos permite maiores esclarecimentos.

No entanto, queremos discutir a pertinência desse diálogo de Benveniste com Saussure em um artigo de Benveniste estreitamente ligado à temática saussuriana, que é de 1962, *estrutura em lingüística*, no qual ele debate *estrutura e sistema*.

Benveniste não quer denunciar o *abuso* que se faz do termo *estrutura* nas últimas décadas em outras disciplinas, mas explicar o uso, isto é, “não se trata de designar à lingüística *estrutural* o seu campo e os limites, mas de fazer compreender a que correspondia a preocupação da *estrutura* e que sentido tinha esse termo entre os lingüistas que, em primeiro lugar, o tomaram numa acepção precisa.” (1995, p. 97-8).

Todos nós sabemos que o movimento lingüístico que estabeleceu o princípio da *estrutura* como objeto de estudo, um pouco antes de 1930, por não aceitar a concepção exclusivamente histórica da língua, teve sua origem no ensinamento de Saussure, em

Genebra, tal como foi recolhido por seus alunos e publicado sob o título de *Cours de linguistique générale (CLG)*.

Saussure é o precursor do estruturalismo, sem jamais, em sua curta vida, haver pronunciado a palavra estrutura, pois, para ele, a noção essencial era a de sistema:²³ o sistema saussuriano é regulado por oposições e relações, se sustenta nas noções de totalidade, de transformação e de auto-regulação, se conserva ou se enriquece pelo jogo de leis que lhe são próprias, internas, imanentes, pois é uma estrutura que se fecha sobre si mesma, não havendo intervenção de elementos exteriores.

Esse sistema trabalha com a noção de valor (sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes – significante e significado, *CLG*, p. 95) e situa as “coisas” de que se ocupa em dois eixos: o das simultaneidades, o horizontal, em que estão as relações entre coisas coexistentes, constituindo os estudos da lingüística sincrônica, e o das sucessões, o vertical, em que se considera uma coisa de cada vez, constituindo os estudos da lingüística diacrônica; ainda, esse sistema estuda suas relações e diferenças segundo duas esferas distintas, as relações sintagmáticas e as relações associativas, ambas geradoras de “certa ordem de valores”: a relação sintagmática existe *in praesentia*, “repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva”; a relação associativa “une termos *in absentiae* numa série mnemônica virtual.” (*CLG*, p. 143). As relações sintagmáticas estariam situadas no eixo da simultaneidade, o horizontal e as relações associativas (paradigmáticas) estariam no eixo das sucessões, o vertical.

²³ Benveniste (1995, p. 99) diz que essa noção era familiar aos alunos parisienses de Saussure, pois muito antes da elaboração do *Cours*, Antoine Meillet – considerado por Merquior (1991, p. 27) como o maior discípulo de Saussure – a enunciara várias vezes, sem deixar de relacioná-la com o ensinamento do mestre Saussure, de quem dizia que passara toda sua vida procurando determinar o sistema das línguas que estudara. Meillet, em sua obra, *Linguistique historique et linguistique générale, I – 1921, II – 1936*, volta inúmeras vezes ao conceito de sistema do mestre Saussure.

Podemos dizer ainda que é um sistema que elegeu como objeto de estudo a língua, a partir do corte saussuriano – linguagem, língua, fala –, por considerar a linguagem “multiforme e heteróclita”, e a fala “um ato individual de vontade e inteligência”, enquanto a língua seria de “natureza homogênea, exterior ao indivíduo, que não pode nem criá-la e nem modificá-la.” (CLG, p. 15-25). A língua é forma e não substância.

Assim, a língua é entendida como um sistema de signos, e o signo é visto como uma entidade psíquica de duas faces, conceito e imagem acústica ou significante e significado, intimamente unidos, cujo vínculo que liga um significado a um significante é radicalmente arbitrário. Em uma análise no sistema saussuriano²⁴, o que conta é a relação opositiva entre os signos, por exemplo, *cadeira é cadeira porque não é mesa*.

Adotar o ângulo *estruturalista*, diz Benveniste (1995, p. 102), é encarar uma língua, ou cada parte de uma língua – fonética, morfologia, etc., – como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever.

É o que Benveniste se propõe a fazer no texto, também de 1962, *os níveis de análise lingüística*, considerando as noções de *constituente e integrante* na fixação dos limites da análise estrutural, e a importante questão forma/sentido.

Para Benveniste, ao estudarmos com espírito científico um objeto como a linguagem, torna-se evidente que “todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada

²⁴ Merquior (1941-1991) diz que nesse tipo de análise, a saussuriana, leva-se em conta a possibilidade de dividir um segmento da língua em segmentos cada vez menores até que eles se tornem indecomponíveis e ao mesmo tempo de identificar esses elementos básicos através de substituições permitidas. Esse método define cada elemento ao longo dos eixos sintagmático e paradigmático. Por exemplo, na palavra inglesa *reason*, o fonema / R / será definido: a) com relação aos outros fonemas presentes na mesma palavra; b) com relação ao conjunto de substituições possíveis de / R / como em *season*; no entanto não poderíamos substituir / R / por / L / porque em inglês não há *leason*. Vemos, pois, que é o significado que determina as substituições possíveis, e que cada fonema pode ser definido apenas se pertencer a uma unidade de nível superior, o morfema, e este depende de um nível mais superior ainda, a sentença. Esses níveis de significado em nenhuma hipótese podem ser confundidos com semântica, eles apenas permitem distinguir o que é funcional do que não o é em uma determinada língua. “Portanto, Benveniste tem razão em chamar o significado, em tais situações, de mera ferramenta (*un opérateur*)”. (1991, p. 26).

fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal.” (1995, p. 127).

Assim, descrever a linguagem como uma estrutura formal implica uma descrição em que se estabelecem procedimentos e critérios adequados e a consideração de que a realidade do objeto não é separável do método próprio para defini-lo. Benveniste propõe, então, uma ordem: a) nos fenômenos estudados (visando classificá-los racionalmente); b) nos métodos de análise (visando descrição coerente, com mesmos conceitos, mesmos critérios).

Na análise da linguagem é essencial a noção de nível, para fazer jus à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto de seus elementos e para que possamos reconhecer “na complexidade das formas a arquitetura singular das partes e do todo.” (1995, p. 127). Na análise estrutural delimitamos os elementos através de suas relações de segmentação e de substituição.

O que é então a noção de nível e porque ela é essencial? Benveniste diz que o nível é um operador. Ele fala em nível *fonemático* e nível *merismático* como níveis inferiores de análise: o primeiro seria o das entidades segmentáveis mínimas, os fonemas, que são ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis e que se definem porque *constituintes* de uma unidade mais alta, o morfema, por exemplo, *[r]aison* e *[s]aison*; o segundo, o dos traços distintivos, isolados no interior do fonema, não segmentáveis, embora identificáveis e substituíveis, por exemplo, *[d]* com quatro traços distintivos, oclusão, dentalidade, sonoridade, aspiração.

Falamos dos níveis inferiores de análise estrutural, mas e o nível superior? A análise estrutural de nível superior será feita em porções mais longas de textos, realizando as operações de segmentação e de substituição para obter unidades mais extensas. E de onde virá

a autoridade para escolher ou rejeitar as substituições e as combinações nessa nova ordem de unidade? Da condição lingüística do *sentido*.

O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico. [...] Em vez de ziguezaguear com o *sentido* e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise lingüística. (Benveniste, 1995, p. 130-1).

Para Benveniste (1995, p. 134), a relação *forma : sentido* persegue toda a lingüística moderna, já que muitos lingüistas gostariam de reduzi-la à noção única de forma, ignorando o sentido, o que é inútil, porque

[...] essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam. Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos *constituente e integrante*. [...] A forma de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O sentido de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis lingüísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem. (1995, p. 135-6).

Seguindo uma trajetória ascendente, teríamos do nível inferior ao superior: merisma – fonema – signo²⁵ (ou morfema ou palavra) – frase. São as palavras que se agrupam e formam as frases. Do merisma à frase vamos escalando estratos lingüísticos. A frase só se define pelos seus *constituíntes*; o merisma só se define como *integrante*. Entre os dois destaca-se o nível intermediário dos signos (ou das palavras, ou dos morfemas), que ao mesmo tempo contêm constituintes e funcionam como integrantes.

²⁵ Já assinalamos anteriormente que não fechamos a relação signo-palavra.

Logo há diferenças entre os níveis: os fonemas e as palavras podem contar-se, existem em número finito, têm distribuição e emprego no nível superior e o inventário dos empregos de uma palavra é infindável; as frases, ao contrário, não se contam, são em número infinito, não têm distribuição nem emprego. “A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação.” (Benveniste, 1995, p. 139). Com a frase chegamos ao último nível, transpomos um limite, deixamos o domínio da língua como sistema de signos e entramos em um outro universo, “o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.” (Benveniste, 1995, p. 139).

A frase é a unidade do discurso. Diz Benveniste que encontramos essa confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: nas proposições assertivas, interrogativas, imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apóiam igualmente na predicação.

Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: seja para transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções inter-humanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. (Benveniste, 1995, p. 139)²⁶.

Seguindo o pensamento de Benveniste, a frase é, portanto, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência, sentido porque é *informée* de significação e referência porque se refere a uma determinada situação. E esse é um dado importante na comunicação, os locutores devem ter em comum uma certa referência de situação, sem a qual

²⁶ É lícito trazer Bréal nesse momento, pois ele diz: “Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. Para muitos homens, eles são ainda quase os únicos. [...] Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjetivo reina sozinho, que ele é o único expresso, o único compreendido, que esgota sua faculdade de entendimento e toda a matéria de seus pensamentos.” (Bréal, 1992, p. 161).

não pode haver comunicação, senão, mesmo com o sentido inteligível, a referência permanece desconhecida.

Essa dupla propriedade da frase, sentido e referência, é o aporte que a torna analisável para o locutor e a garantia do aprendiz de qualquer língua: “a diversidade infinita de conteúdos transmitidos em contraste com o pequeno número de elementos empregados” (Benveniste, 1995, p. 140) o levará inconscientemente à noção empírica do signo “como unidade mínima da frase, susceptível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico.” (Benveniste, 1995, p. 140). Ele comenta que o lingüista, para reconhecer os níveis de análise, parte das unidades elementares para chegar ao último nível, à frase; o locutor, ao contrário, parte da frase na língua em uso, no exercício do discurso. Para o locutor, a língua se forma e se configura no discurso atualizado em frases, aí começa a linguagem, pois *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione* (Benveniste, 1995, p. 140).

A partir do entendimento de que há dois universos lingüísticos diferentes, dois domínios distintos, o da língua como sistema de signos e o da língua como instrumento de comunicação, Benveniste diz:

Ce sont là vraiment deux univers différents bien qu'ils embrassent la même réalité, et ils donnent lieu à deux linguistiques différentes bien que les chemins se croisent à tout moment. (apud Normand²⁷, 1996b, p. 132) (grifo nosso). Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. (Benveniste, 1995, p. 139).

Para Normand, nesse texto de 1962, os níveis de análise lingüística, com a famosa atribuição da frase ao nível do discurso e a assunção de duas lingüísticas diferentes, inicia-se

²⁷ Trouxemos o testemunho de Normand do original do autor porque nos pareceu mais claro do que a tradução.

“uma série de propostas que visa colocar de maneira operatória o problema da significação”, já que no texto de 1956, *a natureza dos pronomes*, Benveniste distingue *sintaxe da língua e instâncias de discurso*, mas não tira daí “conseqüências teóricas precisas para a lingüística.” (1996b, p. 133). Ela pergunta: essa segunda lingüística por quem será feita e como? Em 1962 a pergunta fica sem solução, pois o lingüista já chegou ao último nível de análise, a frase, mas ela será retomada sem cessar até 1969, quando a distinção Semiótica/Semântica *parece resolver provisoriamente* a dificuldade levantada pelos dois *bien que* supra (1996b, p. 133).

A retomada sem cessar até 1969 passa pelo texto de 1966, *a forma e o sentido na linguagem*, em que Benveniste afirma, ou reafirma, a necessidade de compreender o quanto a doutrina saussureana do signo está implicada nas noções de sentido e de forma. Ao lado do princípio de que *na língua há somente diferenças*, é preciso constituir o princípio de que *a língua é informada de significação*.

Normand (1996b, p. 139) afirma que Benveniste quer encontrar o fundamento do *misterioso fenômeno*, a ligação forma-sentido, da qual o *CLG* dá somente os princípios de funcionamento, e por isso Benveniste diz “*compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.*” (1989, p. 224) (grifo nosso).

Para tentar ir além do ponto a que Saussure chegou, Benveniste perscruta os princípios saussurianos e parte do ponto em que Saussure parou para elaborar a concepção de língua/ discurso, o modo semântico de significância da língua.

Para Benveniste, a noção de uso e de compreensão da língua é um princípio de discriminação, um critério que estabelecemos para o que tem ou não tem significado, ou seja, significado requer uso e a vida do signo é seu emprego. A totalidade dos signos usados pelos locutores forma a totalidade da língua.

Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz semiótico diz intralingüístico. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. (1989, p. 228).

Isto acarreta três conseqüências. Em semiótica: 1- não há interesse na relação signo/coisa denotada, nem na relação língua/mundo; 2- o valor genérico e conceptual do signo não admite significado particular ou ocasional, exclui tudo o que é individual, não considera as situações de circunstância; 3- as oposições semióticas são de tipo binário.

A binaridade parecer ser a

[...] característica semiológica por excelência, na língua antes de tudo e depois em todos os sistemas de comportamento nascidos no seio da vida social e dependentes de uma análise semiológica. Deve ser entendido que os signos se dispõem sempre e somente em relação dita paradigmática. [...] A natureza semiótica parece ser comum a todos os comportamentos que se institucionalizam na vida social, porque são entidades de dupla face, semelhantes ao signo lingüístico. E esta faculdade semiótica comum compõe, para cada conjunto, um sistema que aliás, em sua maior parte, resta ainda por estudar. (1989, p. 228).

Benveniste entende que há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Definimos acima uma delas, a língua como *semiótica*. Convém agora definirmos a segunda, a língua como *semântica*²⁸.

A noção de semântica nos leva ao universo da língua em emprego e em ação. Eis aí a vida da língua em todo o seu esplendor, em seu pleno emprego, exercendo todas as funções: comunicando, transmitindo, perguntando, implorando, ordenando, constringendo, persuadindo, convencendo, ironizando, elogiando, organizando, enfim, a vida do homem em sua relação com os outros homens e com o mundo. “É a língua como instrumento da

descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.” (Benveniste, 1989, p. 229). E tudo isso fazemos através da frase. É a frase a expressão semântica por excelência.

Benveniste (1989, p. 230) ensina que do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções retornam, contudo outras, porque em novas relações; se a semiótica é uma propriedade da língua, a semântica resulta de uma atividade do locutor que emprega a língua. O signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor.

Vejamos, então, como as noções de forma e de sentido aparecem sob o enfoque semântico: 1- o sentido na acepção semântica se realiza no e pelo sintagma, enquanto no semiótico a relação é paradigmática. Conexão e substituição, operações típicas e complementares; 2- uma estrutura formal necessita de uma unidade: a unidade semiótica é o signo e a unidade semântica é a palavra; 3- o sentido do signo é sua aceitabilidade na comunidade social e o sentido da frase é a idéia que ela exprime.

Entendemos, assim, que signo e frase compõem dois universos lingüísticos, o semiótico e o semântico.

Essa distinção semiótica/semântica é retomada por Benveniste, em 1969, no artigo *semiologia da língua*²⁹, em que ele estabelece um amplo quadro semiológico e mostra a dupla significância da língua, os dois modos distintos de significar, o modo semiótico e o

²⁸ Benveniste (1989, p. 229) pede perdão pelo uso dos dois termos semiótica e semântica, dizendo que não encontrou termos melhores para definir as duas modalidades fundamentais da função lingüística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica.

²⁹ Esse artigo mereceria muitos comentários. Benveniste retoma a questão debatida por Saussure sobre o domínio da semiologia, e nesse caminho traz Peirce e Saussure, mostrando seus pontos de vista em relação ao signo, analisa os sistemas não lingüísticos e de novo trata da dupla significância da língua, a semiótica e a semântica,

modo semântico, um da esfera da língua/sistema e o outro da esfera da língua/discurso, dos quais já falamos bastante mais acima.

Esse encontro teórico do qual falamos também mereceu de Suenaga (1997) um importante estudo: “Benveniste et Saussure: *l’instance de discours et la théorie du signe*.”

Ao reexaminar a concepção de língua de Saussure, Suenaga propõe alguns pontos que permitem ver uma continuidade entre essa concepção e o discurso de Benveniste. Suenaga vê relação entre a subjetividade de Benveniste e o circuito da fala de Saussure. Ele retoma a questão axial de Benveniste segundo a qual o simples ato de dizer *eu*, ato essencialmente pragmático, instala a subjetividade na linguagem, concluindo que *à l’intérieur du locuteur je il y a donc un tu qui l’écoute: à preuve, on n’arriverait jamais à parler sans entendre sa propre voix* (1997, p. 125).

Suenaga mostra que Saussure³⁰ apresenta o processo da fala como a passagem da boca de um senhor A à orelha de um senhor B e reciprocamente, que será *toute la vie de la langue*. [...] *La langue est faite pour communiquer avec ses semblables. Enfin ce n’est que par la vie sociale que la langue reçoit sa consécration*. Eis aí intersubjetividade da linguagem (1997, p. 126). Suenaga conclui o artigo dizendo que a concepção saussuriana da língua é *ainsi profondément traversée par une inspiration quasi-benvenistienne de l’énonciation, mais avant la lettre, comme si pour Saussure, jusque dans un simple son linguistique, résonnait la voix double des deux sujets je et tu* (1997, p. 128).

Concordamos com Suenaga, a inspiração quase-benvenistiana da enunciação, *mais avant la lettre*, pode ser comprovada pelo próprio Saussure ao dizer:

que havia sido proposta pela primeira vez em 1966, em *a forma e o sentido na linguagem*, discussão que na verdade havia começado em 1962 com o artigo *os níveis da análise linguística*.

³⁰ Suenaga toma como referência o *Cours de linguistique générale*, édition critique par Rudolf Engler.

[...] quando, em uma conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavra *Senhores!*, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis – tão apreciáveis como as que servem, aliás, para distinguir palavras diferentes (cf. francês *pomme*, maçã, e *paume*, palma); ademais, esse sentimento de identidade persiste, se bem que do ponto de vista semântico não haja tampouco identidade absoluta entre um *Senhores!* e outro, da mesma maneira por que uma palavra pode exprimir idéias bastante diferentes sem que a identidade fique seriamente comprometida (cf. *adotar* uma moda e *adotar* uma criança, a *flor* da macieira e a *flor* da nobreza). (CLG, 1980, p. 125-6).

1.3 Dos caminhos cruzados...

Ao finalizarmos este capítulo, nos parece claro que a relação que estabelecemos entre Benveniste e Bréal e entre Benveniste e Saussure se mostra profícua. Esse entrelaçamento de reflexões não é um fato singular, pois ao longo de séculos de estudos sobre a linguagem vemos o quanto as teorias lingüísticas ora se aproximam ora se afastam com um único objetivo: desvelar o caminho da língua. Nossa precípua intenção aqui não é a de superpor teorias querendo encontrar paralelos apagógicos, ao contrário, queremos mostrar as benfazejas aproximações entre elas.

Benveniste e Bréal se aliam na defesa da língua em uso, acreditando que só ela confere estatuto pleno aos estudos lingüísticos, embora para Benveniste seja fundamental a língua enquanto sistema de signos. Para ambos a subjetividade está gravada na língua: o elemento subjetivo para Bréal, e os indicadores de subjetividade, os dêiticos, para Benveniste. A subjetividade, para ambos, é inerente à linguagem.

Ambos procuram o mistério que se esconde na significação da língua: Bréal dedicou uma obra inteira a essa ciência chamada semântica, e Benveniste a persegue pelo caminho da enunciação. São incansáveis no rastreamento da subjetividade. Tanto é verdade que vimos algumas vezes Benveniste lembrar Bréal *ipsis verbis* e em outras eles guardam muita semelhança, por exemplo, quando Bréal diz (1992, p. 188) que “não é a palavra que forma para nosso espírito uma unidade distinta, é a idéia”, o que em Benveniste encontramos como “o sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime.” (Benveniste, 1989, p. 230).

No entanto, é preciso marcar a distinção que se estabelece entre os dois no tratamento do sentido: Bréal toma como ponto de partida em sua ciência das significações, em sua semântica, o princípio segundo o qual é a atividade humana a causa primeira das transformações na língua. O sentido das palavras, portanto, é histórico e social, pois as mudanças de sentido das palavras atendem a determinações geradas no próprio povo que as emprega. Por exemplo: a palavra latina *pecunia* designava a riqueza em gado mas terminou por designar toda a espécie de riqueza, e o povo continuou a empregar a palavra *pecunia* sem se dar conta de que a fortuna do cidadão romano não era mais unicamente o rebanho (Bréal, 1992, p. 88). Para Benveniste, é o ato de enunciação que confere sentido aos enunciados, pois o sentido é sempre a idéia expressa no ato discursivo que tem como referência a própria instância desse ato.

Se a subjetividade foi a razão de termos unido Benveniste a Bréal, que é em muitos momentos o inspirador de Benveniste, motivo suficiente tivemos para ligar Benveniste a Saussure no quadro teórico, visto que a teoria da enunciação mobiliza a ciência do signo saussuriano. As célebres dicotomias saussurianas ganham novo vestido, novo sapato, porque novo é o cenário em que agora elas se movem. Do signo à frase mudamos de teatro.

Por isso, Benveniste acredita na necessidade de duas lingüísticas diferentes, com objetos de estudo distintos, a semiótica, no sistema, e a semântica no discurso, embora abarquem a mesma realidade e a certeza de que juntas é que dão significação à língua.

Normand diz que o empreendimento *teórico* de Benveniste pode aparecer como uma *síntese felizmente infeliz*, uma *síntese falha*, análoga *ao ato falho*, “do qual se sabe que é pela falha que ele é bem sucedido” (1996b, p. 131). Acreditamos que Normand se refira à impossibilidade de *o hegeliano infeliz* realizar a tão sonhada síntese – da tese: semiótico e da antítese:semântico – que fundaria a teoria da significação.

Por isso nos embrenhamos pela enunciação em busca de respostas. Essa é a razão desses casamentos, cujos herdeiros, temos certeza, se orgulham: Bréal nos legou a semântica, Saussure nos legou o sistema e Benveniste a enunciação. Unindo-os a mesma preocupação, a significação da língua - *oute légei, oute kryptei, alla semáinei* (nem diz, nem oculta, mas significa) –, atributo que Heráclito conferia ao Senhor do oráculo de Delphos e que Benveniste coloca no âmago mais profundo da língua (Benveniste, 1989, p. 234). Não é sem motivo que esse nó do rei lendário da Frigia, Górdio, atravessa os séculos e preocupa quem da lingüística faz sua razão de viver. Não seria diferente com Bréal, Saussure e Benveniste.

Nossa reflexão continua no segundo capítulo, quando vamos investigar a terceira pessoa em dicionários e gramáticos em busca de seu papel como pessoa ou como não-pessoa.

2 INVESTIGANDO A TERCEIRA PESSOA EM BUSCA DA NÃO-PESSOA

Em lingüística, as emboscadas se escondem atrás de cada locução. Ferdinand de Saussure, 1891.

Este segundo capítulo faz um pequeno percurso pelos dicionários e gramáticos, atendendo a uma preocupação que adveio da leitura dos textos fundantes da teoria da enunciação.

No texto de 1946, ao analisar *a estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste diz que “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa.” (1995, p. 247), e a classificação em três pessoas, alinhadas em uma ordem constante e em um plano uniforme, primeira, segunda e terceira pessoas, “definidas pela sucessão e relacionadas com seres que são *eu, tu, ele*” (1995, p. 248), nada nos informa sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas.

Por isso, Benveniste analisa as pessoas em suas relações estruturais, o que equivale a dizer, em suas oposições, naquilo que as diferencia, pois a “definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos, *eu, tu, ele*, abole justamente a noção de *pessoa*” (1995, p. 249), que é própria somente a *eu-tu*, e falta em *ele*.

Ora, se as definições comuns são encontradas, via de regra, em dicionários e gramáticos, pensamos em recorrer a eles para que possamos entender melhor a dicotomia pessoas/não-pessoa proposta por Benveniste, tendo em vista que nosso objeto de estudo, *ele*, é considerado como terceira pessoa nas nomenclaturas gramaticais de diversas línguas, inclusive na nossa, como tivemos ocasião de ver no capítulo anterior.

Foi no primeiro capítulo que tentamos mostrar todo um percurso que Benveniste faz pelas noções de pessoas e não-pessoa, e a diferença que existe entre estar no sistema e estar no discurso, com o objetivo de esclarecer a distinção entre signo e palavra, sistema e discurso, pois *ele* é forma no sistema, *ele* é substância no discurso, e *ele* é enunciado por *eu* em um ato discursivo.

O quadro teórico em que unimos as reflexões dos três, e por que não dizer, semanticistas, pretendeu deixar claro que, embora as duas lingüísticas de Benveniste, semiótica e semântica, pertençam a sistemas diferentes e necessitem de pressupostos diferentes, elas abarcam a mesma realidade e seus caminhos se cruzam a todo instante (1995, p. 139).

Nosso caminho faz, portanto, um necessário atalho em gramáticos, cujas noções certamente têm um ponto de vista diferente do enunciativo, mas nosso objetivo aqui é justamente conhecer este ponto de vista em relação ao *ele*.

2.1 Nos dicionários de língua portuguesa e nos gramáticos de língua grega e latina

O dicionário *Novo Aurélio Século XXI*, de Ferreira (1999, p. 850, 2012, 723), diz que *Ele* vem do latim *ille* (aquele) e designa, na língua portuguesa, a terceira pessoa do masculino singular do pronome pessoal, e *Ela* vem do latim *illa*, (aquela) e designa, na língua portuguesa, a terceira pessoa do feminino singular do pronome pessoal.

Eu vem do latim vulgar *eo* < *ego* e é pronome pessoal da primeira pessoa do singular; *tu* vem do latim *tu* e é pronome pessoal da segunda pessoa do singular.

O dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa*, de Houaiss e Villar (2001), confirma os verbetes acima quanto à etimologia e à personalidade dos pronomes.

Nesta primeira pesquisa aos dicionários já percebemos que o nosso pronome pessoal de terceira tem como étimo um pronome demonstrativo. Isso ficará melhor esclarecido a seguir.

Passamos, então, à procura do *ele* na língua grega, pois sabemos que ela é inegavelmente o berço de muitas questões gramaticais resguardadas no português. Foi nossa incursão à *Gramática Grega* de Freire (2001, p. 47) que revelou a imprevista classificação dos pronomes pessoais na língua grega: *egô* (*eu*), para a primeira pessoa; *sū* (*tu*), para a segunda pessoa; e *oi*, (*de si*), para a terceira pessoa, como pronome pessoal reflexivo; a forma pronominal de terceira pessoa da língua portuguesa, *ele*, *ela*, é encontrada entre os pronomes demonstrativos gregos, *autos*, *aute*, *auto*. Logo, depreende-se que *ele* para os gregos não era um pronome pessoal, mas um demonstrativo. O quadro com os pronomes pessoais e demonstrativos esclarecerá melhor essa questão.

I. — Pronomes pessoais

85. 1.^a Pessoa: ἐγώ, *eu*; 2.^a Pessoa: σὺ, *tu*;
3.^a Pessoa: (pr. refl.): οὐ, *de si, dele, dela*.

SINGULAR			
N.	ἐγώ, <i>eu</i>	σὺ, <i>tu</i>	
G.	ἐμοῦ, μου, <i>de mim</i>	σοῦ, σου, <i>de ti</i>	οὐ, <i>dele, dela</i>
D.	ἐμοί, μοι, <i>a mim</i>	σοί, σου, <i>a ti</i>	οἱ, <i>a ele, a ela</i>
A.	ἐμέ, με, <i>me</i>	σί, σε, <i>te</i>	ἔ, <i>lhe, o, a</i>
PLURAL			
N.	ἡμεῖς, nós	ὑμεῖς, vós	σφεῖς
G.	ἡμῶν	ὑμῶν	σφῶν
D.	ἡμῖν	ὑμῖν	σφίσι(v)
A.	ἡμᾶς	ὑμᾶς	σφᾶς

III. — Pronomes demonstrativos

91. 1.^o Αὐτός, αὐτή, αὐτό, *ele, ela (ipse); o mesmo; o, a...*

SINGULAR				PLURAL		
N.	αὐτός	αὐτή	αὐτό	αὐτοί	αὐταί	αὐτά
G.	αὐτοῦ	αὐτῆς	αὐτοῦ	αὐτῶν	αὐτῶν	αὐτῶν
D.	αὐτῷ	αὐτῇ	αὐτῷ	αὐτοῖς	αὐταῖς	αὐτοῖς
A.	αὐτόν	αὐτήν	αὐτό	αὐτούς	αὐτάς	αὐτά

Moura Neves (1987), em seu trabalho sobre *A vertente grega da gramática tradicional* encontrou nas obras de Dionísio o Trácio e de Apolônio Díscolo³¹, estudos sobre a pessoa pronominal e verbal feitos há muitos séculos, que nos permitem confrontá-los com estudos gramaticais contemporâneos. Para Dionísio o Trácio, os pronomes indicam as pessoas e são

³¹ Todas as formulações a respeito de Dionísio o Trácio e de Apolônio Díscolo foram pesquisadas na obra de Moura Neves (1987), pois não tivemos acesso às obras originais dos autores em questão, por isso a necessidade do apud. Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade. Nasceu em Alexandria, de origem trácia, e viveu entre 170 e 90 a.C., aproximadamente. Dionísio nos deixou a primeira gramática do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715, a *téchne grammatiké*, em que são distinguidas oito partes do discurso, compondo um esquema com o qual o de nossas gramáticas tem bastante semelhança. Apolônio Díscolo nasceu em Alexandria e viveu na primeira metade do século II d.C. Ele e seu filho Herodiano são os gramáticos de maior projeção na época dos imperadores romanos, e Apolônio representa o ponto culminante da sabedoria gramatical da Antiguidade. O tratado *Do pronome*, de Apolônio Díscolo, conservou-se quase completo. O importante em Apolônio Díscolo é que a língua que lhe serve de observação é a língua comum, pois ele acreditava que à linguagem poética são permitidos pleonasmos, elipses e muitas outras figuras de linguagem (Moura Neves, 1987, p.115-7).

usados no lugar do nome, como o próprio termo grego *antonymia*, mantido no termo latino *pronomem*, que é habitado pela idéia de que *se usa no lugar do nome*. Na sua gramática havia apenas duas espécies de pronomes: os primitivos (pessoais), e os derivados (possessivos); para os pronomes demonstrativos não havia indicação certa (Moura Neves, 1987, p. 152).

Apolônio Díscolo define o pronome do mesmo modo que Dionísio o Trácio, como a palavra que se põe no lugar do nome, que representa pessoas determinadas, ou pela *dêixis* ou pela anáfora. Portanto, todo pronome é demonstrativo, ou dêítico, ou relativo, anafórico; os de primeira e os de segunda pessoa são sempre dêíticos e os de terceira pessoa são relativos, anafóricos. Vemos aqui já a incrível marca da diferença entre as duas primeiras pessoas e a terceira. O pronome é sempre demonstrativo, mas a diferença se estabelece entre ser dêítico ou ser anafórico. Se levarmos para a nossa questão em estudo, *ele* seria sempre anafórico.

Do grego *prósopon* ao latim *personae*, tornando-se no português *pessoa*, eis a metáfora grega para a máscara que os atores usavam nas apresentações teatrais e que passou a definir as três pessoas do discurso. Para Dionísio o Trácio (apud Moura Neves, 1987, p. 197), são três as pessoas do discurso: 1- a que fala (de quem parte o discurso); 2- aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso); 3- aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso). Os pronomes primitivos e os derivados apresentam as três pessoas.

Apolônio Díscolo considera

[...] insuficiente a definição da segunda pessoa como aquela a quem se fala, julgando que deve ser acrescentado que é a respeito dela que se fala; e a primeira pessoa não é a que fala, mas é a que fala de si própria. A definição da terceira pessoa é feita em termos negativos: nem é a que fala sobre si própria e nem é aquela a quem se fala (Da sintaxe III, 104); [...] o verbo e o pronome têm como característica comum designar a pessoa, mas nos verbos a mudança das pessoas se marca pela mudança das terminações. (Moura Neves, 1987, p. 198).

Ressaltamos aqui a concepção de Apolônio Díscolo sobre a terceira pessoa que vai ao encontro da noção estruturalista de Benveniste sobre a não-pessoa, que é analisada na enunciação em sua oposição ao par *eu-tu*. É óbvio que em Apolônio Díscolo não estão em causa as questões subjetivas mobilizadas na enunciação, mas é importante observar o quanto as questões lingüísticas perpassam os séculos.

Benveniste concebe sua teoria a partir do entendimento de que é preciso distinguir entre pessoas e não-pessoa, e é sobre essa oposição, sobre o que as diferencia, que ele se dispõe a analisá-las, refutando qualquer possibilidade de vê-las em um plano uniforme. Apolônio Díscolo, há 20 séculos, define a terceira pessoa como a que não é nem a primeira nem a segunda.

Embora poucas, foi possível depreender das noções gregas que elas continuam presentes em nossas gramáticas atuais.

Do olhar grego passamos ao latino e constatamos a profunda influência grega na língua latina. A *Gramática Latina*, de Valente (1949, p. 39), apresenta o pronome pessoal como “o que designa a pessoa gramatical”. São *ego* e *tu*, da primeira e segunda pessoas, em todos os casos do singular e do plural; o pronome da terceira pessoa, todavia, é o reflexivo *sui*, que não tem caso nominativo, que é o caso latino reservado ao sujeito; portanto, não há na língua latina a possibilidade de empregar a terceira pessoa como sujeito; em não havendo a terceira pessoa do pronome pessoal no caso nominativo “no latim essa falta é suprida pelos demonstrativos *ille, illa, illud*, e, menos freqüentemente, com *is, ea, id* ou *ipse, ipsa, ipsum*.” (Comba, 1958, p. 54).

Constatamos na língua latina a mesma situação encontrada na língua grega para o pronome de terceira pessoa, *ele*, que não existe como pessoal, mas como demonstrativo, o que

não é de causar nenhuma estranheza, pois a língua latina recebeu influência significativa do grego à época das invasões romanas.

No intuito de ilustrar esta questão, apresentamos, a seguir, os quadros: 1- dos pronomes pessoais, *ego e tu*; 2- do pronome reflexivo, *sui*; 3- dos pronomes demonstrativos.

PRONOMES PESSOAIS

54. O pronome pessoal designa a pessoa gramatical. Ex.: *ego, tu*, etc.

1.ª pessoa

Casos	Singular	Plural
Nom.	<i>ego</i> : eu	<i>nos</i> : nós
Genit	<i>mei</i> : de mim	<i>nostri, nostrum</i> (partitivo): de nós
Dat.	<i>mihi</i> : a mim, me	<i>nobis</i> : a nós, nos
Acus.	<i>me</i> : me	<i>nos</i> : nos
Abl.	<i>me</i> : por mim	<i>nobis</i> : por nós

2.ª pessoa

Nom.	<i>tu</i> : tu	<i>vos</i> : vós
Genit	<i>tui</i> : de ti	<i>vestri, vestrum</i> (partitivo): de vós
Dat.	<i>tibi</i> : a ti, te	<i>vobis</i> : a vós, vos
Acus.	<i>te</i> : te	<i>vos</i> : vos
Voc.	<i>tu</i> : oh tu	<i>vos</i> : oh vós
Abl.	<i>te</i> : por ti	<i>vobis</i> : por vós

PRONOME REFLEXIVO

55. O pronome reflexivo é o que se referé ao sujeito do verbo de terceira pessoa. Ex.:

Ele se louvava: *laudabat se*.

Genit	<i>sui</i> : de si; <i>dêle, dela</i> ; <i>dêlus, delas</i>
Dat.	<i>sibi</i> : a si, para si, se; <i>lho, lhes</i> ; a <i>êle, a ela</i> ; a
Acus.	<i>se</i> : se; o, a; os, as [êles, a elas]
Abl.	<i>se</i> : de si, por si; por <i>êle, por ela</i> ; por <i>êles, por elas</i>

NOTA. O pronome reflexivo não tem nominativo, caso do sujeito. Aplicam-se também a *êle* as notas 2 e 3 dos pronomes pessoais:

sécum, sibiomet, sémet, semetipsum, séso

PRONOMES DÈMONSTRATIVOS

57. Os pronomes demonstrativos indicam uma pessoa ou objeto determinado. São os seguintes

<i>hic, haec, hoc:</i>	êste, esta, isto
<i>iste, ista, istud:</i>	êsse, êssa, isso
<i>ille, illa, illud:</i>	aquêle, aquela, aquilo
<i>is, ea, id:</i>	êle, ela; aquêle, aquela, o que
<i>idem, eadem, idem:</i>	o mesmo, a mesma, aquilo mesmo
<i>ipse, ipsa, ipsum:</i>	êle mesmo, ela mesma; mesmo, mesma

O pronome *ille, illa, illud*, refere-se à coisa distante da pessoa que fala. É chamado demonstrativo da terceira pessoa (Comba, 1958, p. 75).

Vimos, portanto, nos quadros dos pronomes apresentados acima, que a língua latina:

1- organiza as formas lingüísticas designadoras das pessoas pronominais em pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoas, *ego* e *tu* em todos os casos do singular e do plural, o que corresponderia, na língua portuguesa, aos pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoas do caso reto e do caso oblíquo no singular e no plural; 2- ao reservar à terceira pessoa somente um papel reflexivo, a deixa alheia à função de sujeito, que é a do caso nominativo; 3- designa *ille, (is, ipse)*, que é um pronome demonstrativo, para suprir a falta do pronome pessoal de terceira pessoa.

Vejamos, agora, como a língua latina considera as pessoas verbais.

As pessoas do verbo são três: a primeira é a pessoa que fala – *ego*, a segunda é a pessoa a quem se fala – *tu*, e a terceira é a pessoa de quem se fala – *is (ille, ipse)*.

Os pronomes pessoais em latim já se encontram indicados nas desinências verbais, por isso vêm geralmente ocultos (Nóbrega, 1958, p. 75). Por exemplo: *Laudo discipulum* (eu louvo o aluno); *Civitatibus libertatem redidit* (ele restituiu a liberdade às cidades).

Apresentamos dois verbos em latim, *esse* e *laborare* no presente do indicativo, e alguns outros exemplos do uso do latim a título de ilustração:

Presente do indicativo	
Verbo <i>Esse</i> (ser, estar)	Verbo <i>Laborare</i> (trabalhar)
<i>sum</i> (eu sou, estou)	<i>laboro</i> (eu trabalho)
<i>es</i> (tu és, estás)	<i>laboras</i> (tu trabalhas)
<i>est</i> (ele é, está)	<i>laborat</i> (ele trabalha)
<i>sumus</i> (nós somos, estamos)	<i>laboramus</i> (nós trabalhamos)
<i>estis</i> (vós sois, estais)	<i>laboratis</i> (vós trabalhais)
<i>sunt</i> (eles são, estão)	<i>laborant</i> (eles trabalham)

Exemplos:

Agricola in casa est (o camponês está na choupana).

Agricolae in casis sunt (os camponeses estão na choupana).

Cur non laboras, agricola? (por que não trabalhas, ó agricultor?)

Cur non laboratis, agricolae? (por que não trabalhais, ó agricultores?)

Britannia est insula, sed Italia et Hispania peninsulae sunt (Grã-Bretanha é uma ilha, mas Itália e Espanha são penínsulas).

Os verbos impessoais são os que exprimem ação ou estado sem referência a um sujeito determinado. Empregam-se unicamente na terceira pessoa do singular, por exemplo: *fulget* (relampeja), *ningit* (neva), *pluit* (chove), *lucescit* (amanhece), *vesperascit* (anoitece) (Valente, 1949, p. 96).

É interessante observar que na análise que Benveniste faz da não-pessoa, ele diz que “a terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal, [...] serve sempre quando a pessoa não é designada e, principalmente, na expressão dita impessoal”, exemplo: chove, troveja, etc. A questão dos impessoais, que na língua latina não têm referência a um sujeito determinado (conforme supra), e que, para Benveniste, é exatamente como não pessoal que relata o processo, “enquanto puro fenômeno cuja produção não se reporta a um agente”, reconduz a um “velho problema e debate estéril enquanto se persistir em confundir *pessoa* e *sujeito*.” (1995, p. 252). Essa temática transversal a toda a teoria – pessoa e sujeito – nos dá a dimensão da preocupação de Benveniste em sacramentar a diferença entre pessoas e não-pessoa, como vimos acima na questão dos impessoais.

Nosso propósito pelas veredas gregas e latinas, confessamos, não foi outro senão o de perscrutar a possibilidade de, fora da enunciação, fora do quadro estrutural, encontrarmos uma justificativa etimológica para a condição de não-pessoa de *ele*. Talvez o fato de *ele* ter nascido em berço diferente de *eu-tu* fosse considerado por Benveniste como um epifenômeno, se referido ao quadro enunciativo ao qual ele se propôs. Talvez o estatuto de negatividade conferido à terceira pessoa por Apolônio Díscolo nem tenha tido espaço nas reflexões de Benveniste.

Vamos agora dar um salto no tempo, dos gregos e latinos para os franceses de 1600, que implantaram um novo método de ensino, uma nova concepção de saber, que se tornou, do século XVII para cá, estudo obrigatório e fonte de referência necessária para quem faz das letras seu ofício.

2.2 Nos gramáticos de Port-Royal

Todo o nosso interesse na pesquisa de uma gramática geral e razoada se deve ao fato de que os gramáticos de Port-Royal revolucionaram a arte de ensinar em 1630, com concepções que, hoje, estão bem próximas de nós e, especialmente, de nosso estudo sobre não-pessoa.

A consideração de que palavra precisa ser examinada no que ela tem de material, os sons e os caracteres, e no que ela tem de espiritual, que “é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos” (Arnauld e Lancelot, 2001, p. 29) parece-nos muito perto de nossos pressupostos que prevêm a língua em uso e a língua no sistema.

Nas “escolinhas” de Port-Royal, como foram chamadas na França, as aulas eram ministradas a partir da língua francesa, fato que representou um grande avanço em relação ao método comum de ensino adotado naquela época, que usava textos latinos para ensinar às crianças o alfabeto e a soletrar, um esforço imenso que consumia três ou quatro anos da vida escolar. Essa renovação pedagógica e didática se prolongou durante vinte e dois anos, de 1638 a 1660 e, felizmente, ficaram testemunhos valiosos. Apresentamos as noções de pronome e de verbo, pois estamos particularmente interessados em ver como *ele* é visto nesta gramática geral.

Para os gramáticos de Port-Royal, foi, antes de tudo, uma questão de estilo o motivo que levou os homens à invenção de vocábulos que evitassem a repetição incessante de mesmos nomes em um discurso. Assim nasceram os pronomes para banir a monotonia entre falantes e ouvintes.

Como reconheceram que “era inútil e de mau gosto nomear-se a si próprios”, designaram *ego*, *eu*, para o lugar do nome daquele que fala; e para não nomear repetidamente

“aquele a quem se fala”, designaram-lhe *tu*; mas para o nome das “outras pessoas e das outras coisas de que se fala”, das quais é preciso evitar a monótona repetição, designaram *ille, illa, ele, ela*, havendo dentre esses “os que indicam como que com o dedo a coisa de que se fala e é por isso que se chamam demonstrativos, como *hic, este* (e) há ainda um que se denomina recíproco, isto é, que se volta para dentro de si mesmo, que é *sui, sibi, se*.” (Arnauld e Lancelot, 2001, p. 54).

Ao se referir aos pronomes, Duclos³² (2001, p. 192) diz que “filosoficamente falando, talvez não haja pronomes verdadeiros senão o da terceira pessoa, *il, elle, eux, elles, ele, ela*, [...] absolutamente necessário em todas as línguas, sem o qual haveria necessidade de uma repetição insuportável do nome”, enquanto o da primeira pessoa assinala unicamente *a pessoa que fala* e o da segunda aquela *a quem se fala*, o que acaba sendo uma indicação bastante supérflua, já que é impossível não se aperceber disso. O latim e o grego raramente os usavam e nem por isso eram menos compreendidos, pois os verbos foram dotados de terminações que indicam quando: - o sujeito fala de si mesmo, que é a primeira pessoa, por exemplo, *video, eu vejo; videmus, nós vemos*; - ou a quem o sujeito dirige a palavra, que é a segunda pessoa, por exemplo, *vides, tu vês; videtis, vós vedes*.

Duclos afirma que “somente o uso pode determinar o emprego das palavras, mas os gramáticos estão obrigados a uma maior precisão”, eles devem distinguir, entre as palavras de uma língua, as que indicam substâncias reais e aquelas que

[...] sem fornecer alguma noção precisa de substância ou de modo, não passam de uma designação, uma indicação, e despertam apenas uma idéia de existência, tais como *celui, celle, ceci, cela*, etc., que somente as circunstâncias determinam e são apenas termos metafísicos, próprios para assinalar simples conceitos e as diferentes perspectivas do espírito. (2001, p. 193-4).

³² A gramática de Port-Royal traz as *Observações de M. Duclos sobre a Gramática Geral*, o que será devidamente referenciado ao final deste trabalho.

Vejamos como pensam a respeito da diversidade das pessoas Arnauld e Lancelot:

Como, porém, o sujeito da proposição freqüentemente não é o que fala, nem aquele a quem se fala, tornou-se indispensável, para se reservar essas duas terminações a esses dois tipos de pessoa, criar uma terceira que se juntasse a todos os outros sujeitos da proposição. A essa se deu o nome de terceira pessoa tanto no singular como no plural; e isso ainda que o termo *pessoa* só convenha às substâncias racionais e inteligentes e, por isso, próprias apenas para as duas primeiras, uma vez que a terceira serve para todos os tipos de coisas e não somente para as pessoas. (2001, p. 88).

Qual é o papel reservado à terceira pessoa nesta gramática para quem a invenção dos vocábulos obedece a uma questão de estilo, a uma quebra de monotonia do discurso?

Ele é reservado para toda a parte da língua que não é *eu-tu*. *Ele* talvez seja o verdadeiro pronome. *Ele* serve para todos os tipos de coisas e não somente pessoas.

Prestemos bastante atenção na importância que *ele* adquire nesta gramática razoada. Vimos, mais acima, que para os gramáticos gregos e latinos, *ele* é um demonstrativo, e é uma pessoa do discurso: aquela de quem se fala, para Dionísio o Trácio, e, para Apolônio Díscolo, só existe negativamente, não é nem a primeira, nem a segunda, logo, não se define por si mesma, não tem estatuto gramatical.

Na gramática razoada dá-se o contrário, importante é a terceira pessoa, não as duas primeiras pessoas, pois, para os franceses, a primeira e segunda pessoas são dispensáveis no discurso, já que elas se marcam nas terminações dos verbos, portanto, são uma indicação supérflua. No entanto, para Duclos (2001, p. 192), *ele* é “absolutamente necessário em todas as línguas”, e para Arnauld e Lancelot (2001, p. 88), “[...] tornou-se indispensável [...] criar uma terceira [...].”

Como este trabalho quer justamente conferir à não-pessoa o direito de existir enunciativamente tanto quanto *eu-tu*, é importante verificar o tratamento que a noção de

terceira pessoa recebe em gramáticos cujas concepções pedagógicas guiavam-se por princípios filosóficos, como as três operações do espírito: conceber, julgar e raciocinar.

E, por falar em princípio filosóficos, nossa atenção se volta agora para um filósofo da gramática, Jespersen, a ver como ele entende as pessoas pronominais e verbais, pois precisamos de vários fios diferentes para compor nosso tapete, não podemos tecê-lo somente com duas ou três tonalidades, eis que não dariam relevo ao desenho.

2.3 No filósofo da gramática

Da gramática Geral e Razoada, do século XVII, quisemos saltar ao século XX, para ver como Jespersen³³, em *La filosofia de la gramática*, escrito em 1924, vê as pessoas pronominais e verbais. Jespersen (1975, p. 83) diz que todo mundo concorda que os pronomes constituem uma classe de palavras, mas o que falta é definir sua *peculiaridade distintiva*, já que a antiga definição de pronome, como palavra que se emprega no lugar do nome, não é válida para todas as situações e não se sustenta principalmente quando se trata da primeira pessoa: por exemplo, uma expressão como *eu te vejo* pode substituir *Otto Jespersen vê Mary Brown?* E se fizermos o raciocínio oposto, as pessoas poderão dizer que em *De Bello Gallico* o escritor, que é César, usa a palavra *Caesar*, mas poderia usar *eu*? [Excertos da obra mencionada, encontrados em Lodeiro, são exemplos do que Jespersen refere: “*Caesar, quod tenebat memoria consulem L. Cassium occisum...; Cesar, porque conservava na memória que o cônsul L. Cássio havia sido morto...; Ubi Caesar factus est certior...; Logo que César foi*

³³ Jespersen, no prefácio de *La filosofia de la gramática*, diz que está firmemente convencido de que muitas das deficiências gramaticais se devem ao fato de que os estudos gramaticais são feitos principalmente em línguas antigas conhecidas somente através da escrita; para ele, só se obtém uma correta compreensão da natureza essencial da língua nos estudos que se baseiam em primeiro lugar em uma observação direta da língua falada e só depois em documentos escritos impressos. Em muitos sentidos, diz ele, o gramático moderno deveria ser *novarum rerum studiosus* (Jespersen, 1975, p. 8).

feito sabedor...; Caesar ultus est...; César vingou...; Caesarprehendit...; César segura...” (1955, p. 125)].

Jespersen (1975, p. 83) continua suas reflexões sobre os pronomes³⁴: “também podemos dizer *eu*, *Otto Jespersen, pela presente declaro...*,” o que seria um absurdo se *eu* fosse simplesmente um substituto do nome. Gramaticalmente tem grande importância que *eu* seja primeira pessoa e o nome seja terceira pessoa, como o revela a forma verbal de muitas línguas. No entanto, apesar de ninguém duvidar de que *ninguém* e o interrogativo *quem* são pronomes, não é fácil dizer a que nomes substituem.

Quanto à terceira pessoa, diz Jespersen (1975, p. 84), a língua inglesa, por exemplo, tem *he, she, it*, que se usam geralmente para o lugar do nome da pessoa ou da coisa, e, embora se pudesse estabelecer uma classe de palavras usadas com esse fim, seria preciso incluir, nessa classe, palavras que não são consideradas pronomes e que, no entanto, substituem, como, por exemplo: *so* em *Is he rich? I believe so*; *to* em *Will you come? I should like to*; *ones* em *A grey horse and two black ones*.

Se todas as palavras que são usadas no lugar de nomes de pessoas ou de coisas fossem pronomes, Jespersen (1975, p. 84) acredita que teríamos uma classe de palavras substituidoras, que incluiria não somente pronomes, mas se dividiria em *pro-nomes, pro-advérbios, pro-adjetivos, pro-infinitivos, pro-verbos* e, provavelmente, *pro-frases*, mas dificilmente essa seria considerada uma classe gramatical.

³⁴ Jespersen apresenta em sua obra o estudo que *A Noreen (Vart Sprak, Lund, 1903, 5, p. 63 e ss.)* faz sobre os pronomes, em que ele opõe sememas expressivos a pronomes, considerando que os sememas expressivos têm significado fixo, contido na própria expressão lingüística, enquanto nos pronomes o significado varia na própria expressão lingüística porque depende de uma referência à determinada circunstância exterior à própria expressão lingüística, que é definida pela situação em conjunto. *Eu* é um pronome porque designa uma pessoa quando é João quem fala e designa outra pessoa quando é Maria quem fala. A consequência disso é que grande quantidade de palavras seriam pronomes como hoje, o nome próprio João, pai, etc., cujo significado dependeria sempre da situação em conjunto. Para Jespersen, a classe de pronomes criada por Noreen é muito ampla e heterogênea, e torna difícil a inclusão de palavras como *quem, que, algo e nada* na definição (Jespersen, 1975, p. 84).

Além de não concordar com a definição de pronome, Jespersen (1975, p. 253) ainda considera errônea a definição da terceira pessoa do pronome pessoal e a correspondente variação nos verbos como a que “indica a pessoa ou coisa de quem se fala”, que a maioria dos bons dicionários e gramáticas ensinam. A real diferença não é entre a primeira pessoa (*the person speaking*), a segunda (*the person spoken to*) e a terceira (*the person or thing spoken of*) mas entre a primeira, o falante, a segunda, a quem se fala, e a terceira, que não é nem o falante e nem com quem se fala.

Vemos aqui em Jespersen a mesma concepção de negatividade em relação à terceira pessoa que vimos em Apolônio Díscolo. Já falamos demasiado sobre a condição estrutural opositiva de não-pessoa, por isso não trazemos de novo essa comparação.

Na distinção entre as pessoas verbais, Jespersen concorda com os gramáticos latinos e com os de Port-Royal: por exemplo, no verbo amar, por que teríamos necessidade de marcar as pessoas verbais em “amo, amas, ama, amamos, amais, amam”, se a própria terminação da forma verbal o faz sem a necessidade dos pronomes?

Em algumas línguas o processo foi inverso, como no dinamarquês e no chinês, em que as distinções pessoais e temporais foram desaparecendo em todos os verbos e a marca pessoal ficou a cargo dos pronomes. Para Jespersen (1975, p. 255) essa é a etapa ideal ou lógica da linguagem porque a primeira distinção pertence à primeira idéia e não necessita repetir-se nas palavras secundárias da segunda categoria. Nossa língua portuguesa tem mantido as distinções entre as pessoas verbais e por isso nossas comunicações intersubjetivas são pródigas em elipses.

Jespersen, ao fazer suas reflexões sobre os pronomes, partindo da consideração da língua em uso, discute subliminarmente a questão dos *shifters*³⁵ e mostra o quanto as definições gramaticais estão longe de alcançar a essência das noções propostas em suas páginas. Suas reclamações sobre os outros gramáticos vão nos levando a entender que o verdadeiro significado de uma noção só pode ser verificado na língua em uso; por exemplo, a terceira pessoa da língua inglesa, *he, she, it*, usada no lugar de pessoas e coisas. Entretanto, não são as únicas possibilidades de substituição que a língua oferece, aliás, são tantas que Jespersen sugere uma classe de palavras substituidoras.

As questões de Jespersen vão muito além dos pressupostos defendidos na grande maioria das gramáticas, como ele mesmo diz. É por isto que passamos a investigar a terceira pessoa nas gramáticas de língua portuguesa para ver o que elas nos dizem sobre nosso objeto de estudo.

2.4 Nos gramáticos de língua portuguesa

Da língua portuguesa escolhemos uma gramática normativa, a de Rocha Lima, uma gramática do português contemporâneo, a de Cunha e Cintra, e uma gramática que “alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa”, a de Evanildo Bechara. Queremos ver se há entre as três alguma diferença em relação ao tratamento que dispensam a *ele*.

Para Rocha Lima em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1967, p. 104), “os pronomes pessoais são palavras que representam as três pessoas do discurso, indicando-as simplesmente sem nomeá-las”: a pessoa que fala, a primeira, *eu*, com plural *nós*; a pessoa

³⁵ Em 1922, Jespersen escreve *Language: its Nature, Development and Origin* em que apresenta, entre outras, as noções de *shifter*, segundo Lahud (1979, p. 87).

com quem se fala, a segunda, *tu*, com o plural *vós*; a pessoa ou a coisa de que se fala, a terceira, *ele, ela*, com plural, *eles, elas*. O verbo “declara sempre, com as formas especiais de sua conjugação, a qual das três pessoas se refere o predicado e também o número gramatical dessas pessoas”. Em Rocha Lima (1967, p. 103) a novidade foi o fato de encontrarmos na gramática normativa os pronomes não apenas como substituidores mas como dêiticos:

[...] os pronomes, vazios de conteúdo semântico, têm uma significação essencialmente ocasional, existente, não na sua própria expressão lingüística, senão que fora dela, e determinada pelo conjunto da situação: *eu*, situação da pessoa que fala; *meu*, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; *este*, situação de proximidade em relação à pessoa que fala, etc.

O que não fica claro para nós é se Rocha Lima considera todos os pronomes vazios de conteúdo, isto é, dêiticos, ou apenas os que pertencem ao paradigma de *eu, meu, este*.

Cunha e Cintra, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985, p. 269), dizem que os pronomes pessoais se caracterizam “por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio: a) quem fala = primeira pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural); b) com quem se fala = segunda pessoa: *tu* (singular); *vós* (plural); c) de quem se fala = terceira pessoa: *ele, ela* (singular), *eles, elas* (plural).”

A terceira pessoa pode representar uma forma nominal anteriormente expressa: Os campos estão floridos, *eles* parecem um imenso jardim dourado. Para Cunha e Cintra, “o verbo possui três pessoas relacionadas diretamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito”: a primeira, a que fala, corresponde aos pronomes *eu* e *nós*; a segunda, aquela a quem se fala, corresponde aos pronomes *tu* e *vós*; a terceira, de quem se fala, corresponde aos pronomes *ele, ela* e *eles, elas* (p. 368). Vemos que Cunha e Cintra se atêm à classificação canônica das pessoas pronominais e verbais e *ele* é um anafórico, um substituto.

Bechara (2001, p. 162-7) traz uma novidade quanto às pessoas: distingue as duas primeiras pessoas, *eu* e *tu*, da terceira, *ele*, dizendo que “são duas as pessoas determinadas do

discurso: a primeira *eu* (a pessoa correspondente ao falante) e a segunda *tu* (correspondente ao ouvinte). A terceira pessoa, indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa”. Ele considera que

[...] do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam *déixis* (o apontar para), isto é, estão habilitados, como verdadeiros gestos verbais, como indicadores, determinados ou indeterminados, ou de uma *déixis* contextual a um elemento inserido no contexto, como é o caso, por exemplo, dos pronomes relativos, ou de uma *déixis ad oculos*, que aponta ou indica um elemento presente ao falante. (Bechara, 2001, p. 162).

Para Bechara (2001, p. 164), os pronomes pessoais “designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (*não-eu, não-tu*), considerada, pela tradição, a terceira pessoa.” O plural *nós* indica *eu* mais outra ou outras pessoas, e não *eu + eu*. Quanto às pessoas do verbo, Bechara (2001, p. 221) diz que as formas verbais geralmente indicam as três pessoas do discurso para o singular e o plural, por exemplo: canto, cantas, canta, cantamos, cantais, cantam.

Verificamos na gramática de Bechara um fato, para nós, muito importante: a distinção entre a primeira e a segunda pessoas, *eu* e *tu*, determinadas, e a terceira, *ele*, indeterminada, a *não-pessoa, não-eu* e *não-tu*. A terceira pessoa aparece novamente definida na oposição a *eu-tu*. Estamos vendo que essa oposição vem se manifestando ao longo deste capítulo: em Apolônio Díscolo, em Jespersen e em Bechara.

Todo esse panorama que descortinamos a partir das concepções desses gramáticos possibilitou historiar a terceira pessoa, constituindo por dispersão um raciocínio em torno de *ele* desde os gregos até os atuais gramáticos. Encontramos nas obras pesquisadas elementos que permitiram entender melhor a terceira pessoa, sua etimologia e seu lugar no contexto gramatical. Cada gramática investigada representa uma etapa importante no estudo da língua, e por isso julgamos pertinente que elas constassem de nosso trabalho.

Durante muito tempo só sabíamos que *ele* era a terceira pessoa. Com os estudos enunciativos, *ele* passa a ser olhado de outro modo, pois na divisão da língua em *eu-tu/ele*, é a *ele* que é concedida a parte maior da língua; e isso é muito fácil de ser verificado se abstrairmos a parte de *eu-tu*, pois todo o resto é *ele*, a sociedade, a cultura, a lei, o enunciado, etc., etc. O próximo capítulo se ocupará, então, do que diz respeito a *ele*, à não-pessoa.

3 COMPREENDENDO O ESTATUTO DE NÃO-PESSOA NA TRIÁDE ENUNCIATIVA

Antes que estas coisas se formassem, estando juntas todas as coisas, não era distinguível nem mesmo a cor. Anaxágoras de Clazômenas, 450 a.C.

Este capítulo é formado por cinco partes e se volta exclusivamente para a não-pessoa. Queremos retomar algumas questões necessárias para que nossa reflexão nos conduza à saída do labirinto mesmo sem o fio de Ariadne.

Como as concepções de referência e de sentido são cruciais para o entendimento da teoria reservamos duas partes deste capítulo para esse tema; e três partes foram dedicadas para o entendimento do que é uma análise de não-pessoa na teoria da enunciação: em um primeiro momento explicitamos os passos necessários para o fazer enunciativo, obviamente sem nenhuma pretensão de dar qualquer receita, depois apresentamos o texto de Benveniste sobre a frase nominal, pois julgamos que é um caso típico de não-pessoa e, por último, aproveitando os ensinamentos de Benveniste, viabilizamos uma análise de não-pessoa.

Vamos retomar, como dissemos acima, algumas questões. Estenografando a reflexão aqui proposta, teremos: 1- a enunciação abarca toda a língua, a língua/sistema e a língua/discurso, portanto, *ele* faz parte da enunciação; 2- na enunciação, a referência será sempre à situação cada vez única do locutor.

Para estudar a enunciação, Benveniste parte do ponto de vista de que a língua é um objeto binário, cujos elementos pertencem a domínios que parecem opostos. Se tomarmos como diretriz a correlação de pessoalidade em sua oposição pessoas/não-pessoa, estaremos diante não de uma, mas de duas estruturas edificadas verticalmente e, à primeira vista, sem passarelas de comunicação. Tudo o que se refere à língua/discurso estará situado na esfera subjetiva, sob a vigilância do *eu/tu*, e tudo o que se refere à língua/sistema estará na esfera não-subjetiva, sob a guarda do *ele*.

O que queremos mostrar aqui é que mesmo dicotomizados, *eu/tu* e *ele* (pessoas e não-pessoa) convivem no discurso. A língua em exercício, diz Benveniste (1995, p. 282), se produz por necessidade em instâncias discretas, necessidade que faz da língua um conjunto de instâncias pessoais e não pessoais, assim, em nossa comunicação intersubjetiva, quando *eu* se apropria da língua e institui *tu*, *ele* também é trazido para o discurso, pois “a forma *ele* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*.” (Benveniste, 1995, p. 292).

Já vimos, no capítulo 1, a diferença entre a esfera subjetiva e a esfera objetiva da língua, entre os signos vazios e os plenos. Benveniste (1995, p. 280) esclarece que para os enunciados que são do domínio da terceira pessoa, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem à sintaxe da língua,

[...] e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos *reais*, aos tempos e lugares *históricos*. Daí as correlações como eu: ele; aqui: lá; agora: então; hoje: no mesmo dia; ontem: na véspera; amanhã: no dia seguinte; na próxima semana: na semana seguinte; há três dias: três dias antes, etc. A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos.³⁶

³⁶ Se esses dois planos forem olhados do ponto de vista da gramática, e aqui tomo exemplos da língua inglesa, estaremos diante do *Direct speech* e do *Indirect speech*, cuja passagem de um discurso a outro acarreta uma série de mudanças como as correlações referidas por Benveniste. Por exemplo: *I: he, she; Tomorrow: the next day; We: they; My: his, her; Me: him, her; Yesterday: the day before; Today: that day; Ago: before; Now: then; Here: there; These: those; This: that*. No texto de 1959, *as relações de tempo no verbo francês*, Benveniste (1995, p. 267) diz que “a enunciação histórica e a do discurso podem, conforme o caso, conjugar-se num

Ora, esses dois planos se mesclam a todo momento na língua em uso, e é o que Benveniste confirma em 1970, em *o aparelho formal da enunciação*, dizendo “na enunciação a língua se acha empregada [...]”; para nós fica claro que Benveniste traz para o universo da enunciação tudo o que pertence à língua, os dois domínios antes separados, a língua/sistema e a língua/discurso (Benveniste, 1989, p. 84).

Quando Benveniste diz (1995, p. 292) que a terceira pessoa “só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como não-pessoa”, comprova um fato que é da lógica da língua, isto é, a terceira pessoa não pode participar como enunciativa, porque *ele* não enuncia, *ele* é enunciado por *eu*, *ele* é trazido por *eu* para a alocação, visto que a terceira pessoa *se refere a um objeto colocado fora da alocação*.

Para Dubois et al. (2002, p. 41), a alocação “é o ato pelo qual um falante se dirige a outrem”, o alocutário, ou destinatário, “é o falante considerado ao mesmo tempo o que recebe enunciados produzidos por um outro locutor e que a eles responde”, ou ainda, “é aquele que se vê como receptor da mensagem.” A alocação, portanto, supõe um falante e um ouvinte, por isso *ele* se refere a um objeto fora da alocação, porque *ele é o de quem se fala*, *ele* se refere a *não importa quem* ou *não importa o que*, portanto *ele* não fala, se *ele* falar, *ele* se torna *eu*. Em uma alocação podemos ter *eu + tu + tu' + tu'' + tu''' + tu''''* inversíveis ou não, até o infinito, e nunca *ele*, porque *ele* só vai aparecer na fala de *eu* e *tu*.

Benveniste (1989, p. 101) considera as oposições: *eu-tu* (estrutura de alocação pessoal, exclusivamente inter-humana) e *eu-tu/ele*³⁷ (que “efetua a operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é

terceiro tipo de enunciação, no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico; é o que comumente se chama *discurso indireto*.”

³⁷ Martins (1990) faz um importante estudo sobre *Enunciação e Diálogo*, em que discute a relação benvenistiana *eu-tu/ele*, defendendo que a relação *eu-tu* é definida pelo conteúdo semântico do enunciado (Martins, 1990).

a alocação”) como o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua, aparecendo aqui uma nova configuração da língua, que é

[...] a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum, (e Benveniste) poderia descrever este fenômeno como uma apropriação por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. (1989, p.101-2).

É a língua, então, que provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais, passível de ser apropriado pelo ato de linguagem. E é esse aparelho de denotação, ou sistema de referências pessoais, que Benveniste explicita no texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*, quando tenta “esboçar no interior da língua os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza.” (Benveniste, 1989, p. 83).

Benveniste considera na enunciação sucessivamente: 1- o próprio ato; 2- a situação em que se realiza; 3- os instrumentos de sua realização.

O que caracteriza a enunciação é a “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo (e) esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação.” (Benveniste, 1989, p. 87). Duas figuras, uma origem outra fim da enunciação, que são alternativamente protagonistas e parceiras no diálogo enunciativo.

O texto de 1970 marca a teoria da enunciação naquilo que ela tem de crucial, como dissemos antes, que é a questão da referência. Nesse sentido, julgamos pertinente, antes de discutirmos a referência na enunciação, entendermos a noção de referência e de sentido em

outros teóricos, pois a contraposição com os mesmos nos mostrará a diferença que se estabelece quando se entra no mundo enunciativo.

3.1 Um passeio pelas concepções de referência e de sentido em alguns teóricos

O aspecto referencial da linguagem tem sido motivo de investigação desde que a significação das palavras ocupou os colóquios gregos. Debatida durante séculos, a referência tomou singulares nuances quando Saussure, no início do século XX, propõe um sistema lingüístico em que não há espaço para a realidade extralingüística, para o mundo, para o que não é da ordem interna da língua.

Conforme o *CLG*, a língua não é uma nomenclatura, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas, e o signo saussuriano não liga uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica (*CLG*, p. 79). O signo saussuriano é puramente diferencial, comporta traços distintivos que o caracterizam no sistema de relações, as quais são sempre internas ao sistema.

Para Dubois et al., de um modo geral, todo signo lingüístico se define por assegurar ao mesmo tempo a união entre um conceito e uma imagem acústica e se referir à realidade extralingüística³⁸. A função referencial “coloca o signo em relação, não diretamente com o mundo dos objetos reais, mas com o mundo percebido no interior das formações ideológicas

³⁸ A existência de uma relação entre o signo e a realidade extralingüística não deve ser confundida com a própria existência do referente, pois uma palavra pode se referir a uma noção inexistente, por exemplo, o signo hipogrifo tem um referente sem que a existência dos hipogrifos seja postulada (Dubois et al., 2002, p. 513). Na oposição *designatum vs denotatum*, em *designatum*, o conceito remete a um objeto isolado (ou a um grupo de objetos) e, em *denotatum*, o conceito remete à classe de objetos. Por exemplo, a classe das cadeiras existentes, que existiram ou poderão existir, constitui a denotação do signo *cadeira*, ao passo que *esta cadeira* ou *as três cadeiras* constituem a designação do signo *cadeira* no discurso (Dubois et al., 2002, p. 170).

de uma dada cultura. A referência não é feita com um objeto real mas com um objeto do pensamento.” (2002, p. 511).

Distinguir sentido e referente foi o que Frege³⁹ se propôs em meio à imensa gama de preocupações lógicas e matemáticas que constituíram a paixão de sua vida até 1925. Essa distinção sentido/referente constitui para Oliveira (1996, p. 62) o cerne da semântica de Frege. O lógico entendia que todo o nome designa algo e, além disso, possui um sentido. A linguagem humana comportaria três dimensões: a dimensão signativa (expressão lingüística), a dimensão objetiva (o objeto designado) e a dimensão significativa (a dimensão do sentido).

Assim, Frege (1978, p. 62) distingue as dimensões da linguagem dizendo que é “plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.” Na expressão Estrela da Manhã, o Planeta Vênus nos é manifestado de um modo diferente do que quando dizemos Estrela da Tarde. Há aqui uma identidade de objeto (daí a mesma denotação) e uma diversidade de manifestação (daí a diversidade de sentido).

Nem sempre, no entanto, o reconhecimento do sentido de uma expressão assegura a sua referência, por exemplo, na expressão “o corpo celeste mais distante da terra” há sentido, mas não sabemos se há referência (Frege, 1978, p. 63). Além da distinção entre sentido e referência de um sinal, Frege considera uma outra distinção: a representação associada a um sinal, que é subjetiva. Por exemplo, diz Frege (1978, p. 65), “um pintor, um zoólogo e um cavaleiro provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome Bucephalus.”⁴⁰

³⁹ Frege (1848-1925) apresentou sua teoria da significação sobretudo em dois artigos publicados em 1892 com os títulos: “Sobre sentido e denotação” e “Sobre conceito e objeto”, que fazem parte do livro *Lógica e Filosofia da Linguagem* (1978).

⁴⁰ Bucephalus significa corcel de batalha, cavalo feroso, e é o nome do cavalo de Alexandre Magno, rei da Macedônia, que viveu entre 356 e 323 a.C.

Entre a referência de um nome próprio, que é o próprio objeto que por seu intermédio designamos, e a representação que dele temos, que é subjetiva, está o sentido, que “não é tão subjetivo quanto a representação, mas também não é o próprio objeto.” (Frege, 1978, p. 65).

Qual será, pois, o sentido e a referência de uma expressão assertiva? Frege considera que uma sentença assertiva completa contém um pensamento: “não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser a propriedade comum de muitos” (1978, p. 67), que é o seu sentido, enquanto a sua referência é o seu valor de verdade. Por valor de verdade de uma sentença, Frege entende “a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa [...]. Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso.” (Frege, 1978, p. 69). O conhecimento pleno só é atingido quando temos o sentido (o pensamento, a proposição, o conteúdo proposicional) e a referência (o valor de verdade).

Frege em *Investigações Lógicas* (apud⁴¹ Lahud, 1979, p. 67) observa que a proposição geralmente exprime um sentido completo, mas é muito comum que o simples enunciado verbal não baste à expressão do pensamento e essa defasagem entre pensamento lógico e a expressão propriamente lingüística acontece quando o enunciado contém um dêitico⁴² qualquer. Frege diz *um même énoncé où figure le mot je exprime des pensées différentes dans la bouche de personnes différentes, et il peut se faire que de ces pensées les unes soient vraies et les autres fausses.* (apud Lahud, 1979, p. 67).

Quando acontece isso são as *circunstâncias discursivas* que se tornam uma parte da expressão de um sentido completo, daquilo de que se pode dizer que é verdadeiro ou falso. Só

⁴¹ Perdoem-nos, mas optamos por usar mais um apud a deixar de remeter a essa questão que Lahud discute.

⁴² Lahud ressalva que o termo dêitico não se encontra em Frege: “nenhum nome particular é dado a esse conjunto de signos – o *presente* (temporal), *aqui* e *ali*, *ontem* e *hoje*, *eu* – isolado por Frege na passagem em questão.” (Lahud, 1979, p. 67).

o conhecimento das circunstâncias em que são proferidas as palavras permitirá, então, a exata compreensão de um enunciado contendo dêiticos. Assim, a uma mudança de situação corresponde uma mudança de referência, embora o sentido seja único. Para Frege (apud Lahud, 1978, p. 68), *eu* tem um único sentido, *eu é aquele que te fala neste instante* e tantas denotações quantas forem as variações de elocução.

Para Alston (1977, p. 29), os *termos indexais*, como *eu*, *você*, *aqui*, *isto*, mudam sistematicamente suas referências conforme as mudanças que ocorram nas condições de seus pronunciamentos, mas apresentam o mesmo significado. A palavra *eu* dita por João se refere a João, dita por Maria se referirá a Maria, mas não terá significado diferente. A palavra *eu* tem um único significado, *o locutor*. “É porque ela tem sempre esse significado que seu referente varia sistematicamente conforme as variações das condições de proferimento.” (Alston, 1977, p. 29).

Vejamos agora o que muda em relação às concepções de referência e de sentido quando mudamos de ponto de vista.

3.2 Na enunciação, o valor da referência e do sentido

Há duas questões que precisamos entender quando se trata da significação na enunciação de Benveniste. A primeira é que Benveniste, na enunciação, considera a língua em seus dois modos de significância, o semiótico e o semântico, e, a segunda, que dimana da primeira, é que esses dois modos de significância possuem maneiras distintas de significar. Para o que é da língua/sistema, o sentido se dá pela relação opositiva entre os signos no sistema, não há, pois, referente. Para o que é da língua/discurso, Benveniste pressupõe um sentido e uma referência.

O que é importante sublinhar aqui é a distinção que Benveniste faz quando se trata do sentido e da referência dos indicadores de pessoa e dos da frase.

Ao dizer que “cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal [...]. *Eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso contendo *eu*”, Benveniste não distingue sentido e referência, pois *eu* “significa a pessoa que enuncia”, quer dizer, o sentido do *eu* é o locutor que tem uma “referência própria” e é sempre um “ser único”.

Benveniste pode dizer que é cada vez um “ser único”, porque a enunciação não prevê referência fora da instância de discurso, o “ser proposto como tal” se manifesta no instante do discurso, ao se apropriar da língua, e desaparece no instante seguinte quando um outro ser da língua se apropriar.

Normand (1996, p. 230) diz que Benveniste, a partir do texto de 1966, propõe as duas formas de significância da língua, e assim a lingüística do discurso pode abrigar certo tipo de enunciado que contém *eu*, em que não é mais possível dissociar sentido e referência, uma particularidade que depende unicamente da presença de um sujeito marcado no enunciado.

Se ao indicador de pessoa cabe essa particularidade de unir sentido e referência, parece que o mesmo não acontece quando se trata da frase. É no texto de 1966, do qual já falamos antes, *a forma e o sentido na linguagem*, que Benveniste, entre outras questões, explicita a questão do sentido e da referência da frase.

Se a unidade semiótica é o signo, a unidade semântica é a palavra. A palavra, diz Benveniste (1989, p. 230), “reencontra assim sua função natural, como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento.” O sentido se realiza no e pelo sintagma. O sentido da frase é a idéia que ela exprime e este sentido se realiza

formalmente na língua pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. A frase participa do *aqui-agora* do locutor, assim como a forma verbal, que está sempre ligada a um certo presente. A condição inerente à linguagem é que a idéia só encontra forma em um agenciamento sintagmático.

Qual é o processo pelo qual o sentido se realiza? Essa questão, confessa Benveniste, traz muita confusão, ou pior, muita falta de clareza, e é com cuidado que ele escolhe e delimita os termos da análise. Tentemos entender que o sentido de uma palavra não é a mesma coisa que o sentido da frase. O sentido de uma palavra é seu emprego e o sentido de uma frase, como já dissemos, é sua idéia. O locutor parte da idéia, que é sempre particular, e agencia palavras, que, quando empregadas, também têm um sentido particular.

Como, porém, o problema da palavra e da frase não se coloca senão no interior do semântico (entendido aqui como oposto a semiótico), é preciso considerar a questão do referente. O referente independe do sentido, é o “objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso.” (Benveniste, 1989, p. 231).

Benveniste chama a atenção para a distinção entre sentido e referência e entre referente e signo, porque é dessa confusão “que nascem tantas discussões vãs sobre o que se chama o princípio da arbitrariedade do signo.” (1989, p. 231). Essa distinção que identificamos facilmente na palavra, na semântica lexical, também deve ser introduzida na frase. O sentido da frase, já o dissemos, é a idéia que ela exprime, e a referência da frase “é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar.” (1989, p. 231). Por exemplo, na frase “Joana é uma maria-vai-com-as-outras”, que sentido e que referência serão possíveis fora da situação de discurso e da co-referencialidade?

Entendida nesses termos, a frase, cuja referência não se estabiliza, pelo contrário, depende de evanescentes situações de discurso, é cada vez um acontecimento diferente; mudando a situação, muda a frase, pois ela só existe no momento em que é proferida e no mesmo instante se apaga, dando lugar a uma outra e nova frase. A situação concreta que gerou a frase, a referência objetiva à qual ela remeteu, pode continuar existindo e pode ser enunciada por muitos locutores, mas a enunciação será cada vez única. Esta é a questão primordial da enunciação, a sua condição de singularidade.

Para que essa questão da referência na enunciação fique bem clara, trazemos o testemunho de dois trabalhos, um diz respeito à natureza dêitica do aspecto verbal e o outro ao uso do indefinido *todo*, que é um estudo sobre a não-pessoa.

Flores (1999) estuda de um ponto de vista enunciativo a categoria aspecto nos verbos e defende a natureza dêitica do aspecto verbal. Não podemos aqui elencar todos os pressupostos que ele mobiliza nesse estudo, mas aqueles que nos interessam diretamente neste momento.

Para Benveniste, só se pode falar em *dêixis*, se entendermos que a *dêixis* é “contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa.” (1995, p. 280). Flores acredita que “a *dêixis*, na vertente enunciativa, é um fenômeno característico de signos que não podem ser adequadamente descritos sem que sejam referidos ao emprego que o sujeito faz deles” (1999, p. 101), concordando com Benveniste para quem “é a referência constante e necessária à instância de discurso (o traço definidor dos dêiticos que se) organizam correlativamente com os indicadores de pessoa, como no latim *hic / iste*”, *hic* (este) perto da pessoa que fala e *iste* (esse) perto da pessoa com quem se fala (1995, p. 279).

Para Flores,

[...] se Benveniste afirma que a *dêixis* é um mecanismo que instaura uma referência ao sujeito na situação de enunciação, então parece claro que [...]

se trata de ver o Aspecto [...] como uma marca da subjetividade. (E como) [...] Benveniste submete toda a categoria da dêixis à enunciação – o centro referencial do discurso – não seria o caso de pensar que o aspecto depende da referência à própria enunciação que o contém? (1999, p. 123).

Benveniste é muito claro quando diz que “todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. resultam da atualização e da dependência em face da instância de discurso.” (1995, p. 281-2).

Não é a natureza dêitica do aspecto verbal que aqui queremos debater, mas o que releva do estudo de Flores (1999) e que se mantém fiel ao que falamos anteriormente, o fato de que na enunciação a referência é determinada pela situação de discurso, ligada diretamente ao sujeito que enuncia.

Lichtenberg (2001) faz um estudo sobre os usos do indefinido *todo*, que é um caso de não-pessoa, e nosso interesse aqui é, mais uma vez, a noção de referência na enunciação, que, no caso do *ele*, não-pessoa, implica necessariamente a discussão sobre *dêixis* e anáfora.

Para Benveniste, os anafóricos se diferenciam dos dêiticos quanto à natureza e quanto à função, pois os anafóricos relacionam dois termos do enunciado e não o enunciado à enunciação, os primeiros pertencem à parte da língua reservada ao *ele*, à não-pessoa, e os outros à parte subjetiva, como já falamos muitas vezes.

Para Lahud “se por um lado *ele* é dêitico no sentido de indicador referencial, não o é no sentido de indicador de subjetividade, porque faz parte de uma classe particular de expressões referenciais da linguagem cuja denotação é relativa ao enunciado.” (1979, p. 124).

Lichtenberg acredita que a não-pessoa “em certa medida não difere muito dos indicadores de subjetividade, que são móveis, instituindo, a cada enunciação, um *eu*, um *tu*, um *este*, um *aqui*, um *agora*.” (2001, p. 156). É preciso pensar que não-pessoa ao ser empregada na enunciação, ao ser trazida para a situação de discurso, ao ser enunciada por *eu*,

“relaciona-se a um referente determinado pela *idéia* expressa pelo locutor [...], *atualiza-se*, na situação na qual o locutor se insere, à *idéia* que esta situação suscita, à atitude do locutor diante desta situação.” (Lichtenberg, 2001, p. 156).

A partir do que Benveniste diz: “cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e objetiva, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na manifestação que desperta” (1995, p. 278), Lichtenberg conclui que

os nomes pertencem, portanto, à língua enquanto signos, *virtualidades*, cuja noção é *constante e objetiva*, entendendo-se assim a generalidade do signo enquanto conceito, mas a referência dá-se em relação à singularidade da situação que o locutor manifesta (portanto), a não-pessoa, quer entendida como pronome *ele*, quer entendida como um nome, o *objetivo* ou o *cognitivo*, não tem como referência o *externo*, mas a instância de discurso, seja como mecanismo sintático, seja como *virtualidade* que passa à *existência* por meio de um locutor. (2001, p. 159-160).

O fato de a não-pessoa encontrar espaço nas análises da teoria da enunciação permitiu muitos outros trabalhos sobre esta parte da língua que o texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*, trouxe literalmente à existência. Quando Benveniste diz que

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (1989, p. 84),

ele desfaz a oposição mais importante de toda a teoria, ou seja, a distinção entre referência à instância de discurso e referência a uma noção constante e objetiva, e estamos com a chave que abre para um novo e amplo horizonte enunciativo.

E, felizmente, não estamos sozinhos, pois, para Normand (1996, p. 235), se a enunciação, isto é, *o ato mesmo de produzir um enunciado é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta*, a distinção entre *sui-referência* (única e fugaz em cada ato de enunciação) e *referência aos termos* (*que tem seu estatuto pleno e permanente*) não se sustenta mais; essa distinção torna-se tão evanescente quanto o próprio ato de enunciação, pois tudo que se relaciona à referência, na língua em uso, depende da *sui-referencialidade*, já que a referência será sempre e inevitavelmente à situação cada vez única do locutor.

Para Normand (1996, p. 235), é o que finalmente o texto de 1970 deixa entender quando Benveniste, depois de dizer que a enunciação é responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência, amplia o papel da enunciação à totalidade do funcionamento da língua ao afirmar que “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas.” (Benveniste, 1989, p. 86). Benveniste afirma ainda que “desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções”. E que aparelho será este tão importante e tão necessário?

É, em primeiro lugar a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma *resposta*, por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação. De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação. Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negando uma proposição. (1989, p. 86).

Sobre essa mudança conceptual de Benveniste, em relação ao que era considerado do domínio da terceira pessoa, Normand (1996, p. 235) assim se manifesta *interrogation, intimation et jusqu' à l'assertion, domaine qu'on croyait pouvoir réserver à l'objectivité*.

Para tornar mais evidente aquilo a que nos propomos apresentar, trazemos o testemunho de Dubois et al (2001, p. 74) que dizem que a asserção é

[...] o modo ou tipo de comunicação instituído pelo falante entre si e o seu interlocutor e que consiste em fazer suas orações dependerem de uma frase implícita *Digo-lhe que (Trago ao seu conhecimento o fato de que)*. A interrogação depende da frase implícita *Pergunto-lhe se* e o imperativo da frase *Ordeno-lhe que*. A frase assertiva, oposta à frase imperativa, é definida por seu *status*, a asserção (frase declarativa). *Paulo vem* é uma frase assertiva ou declarativa, oposta à frase interrogativa *Paulo vem?* e à frase imperativa *Venha, Paulo*.

Como vivemos cotidianamente embrenhados em situações de discurso, usando a língua, apropriando-nos da língua, instaurando sujeitos e sendo instaurados, num vai-e-vem discursivo sempre presente, não nos damos conta de que sempre que *ego* se apropria da língua e propõe *tu* como seu alocutário, essa comunicação intersubjetiva se dá *pela e na* asserção, ou interrogação, ou intimação, pois sujeitos, apropriadores da língua, se comunicam por enunciados, cujo tipo ou modo se moldará conforme a necessidade da situação, daquilo que chamamos a cena enunciativa, o *este-aqui-agora* do falante. Não há outro modo de interação lingüística que não seja esse que é desenhado em pedidos, desejos, ordens, etc., todos plasmados em tipos de frases, passíveis de serem enunciadas a qualquer momento e em qualquer espaço por qualquer locutor ao dizer *eu*. E esse tipo de frase assertiva ou imperativa, etc., conterà a parte subjetiva e a objetiva da língua, pois se dizemos “Maria gosta de doce de batata doce”, está implícita a parte subjetiva “eu afirmo que”.

Retomemos as páginas do texto de 1958, *da subjetividade na linguagem*, em que Benveniste discute a mudança de perspectiva nas frases em que se usa *eu* ou *ele*. Ao dizer *eu*

suponho que ele partiu, eu implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue, diferente de dizer *eu reflito*, que me descreve refletindo, ou *eu juro*, que é um verbo de palavra, cujo ato é olhado como constrangedor.

Para Benveniste (1995, p. 291), na frase *eu suponho que ele partiu*, o verdadeiro enunciado é *ele partiu*, não a forma verbal pessoal que a governa, *eu suponho*; em compensação é essa forma pessoal o indicador de subjetividade. É ela que “dá à asserção que segue o contexto subjetivo – dúvida, presunção, inferência – próprio para caracterizar a atitude do locutor em face do enunciado que profere”. Benveniste diz que essa manifestação da subjetividade só tem relevo na primeira pessoa. Se substituirmos a frase *eu suponho* por *ele supõe que...*, “do ângulo do *eu* que a enuncia não se tem mais que uma simples comprovação.” (Benveniste, 1995, p. 292).

Houve uma significativa mudança conceptual entre o texto de 1958 e o de 1970, *o aparelho formal da enunciação?* Acreditamos que houve, pois é Benveniste quem diz que a asserção “é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação e que ela tem instrumentos específicos que a exprimem ou a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição” (1989, p. 86). No texto de 1958, ao que parece, Benveniste fazia uma distinção que não se verifica mais em 1970, já que agora o pressuposto é de que toda a língua faz parte da enunciação, e, portanto, sujeita a um locutor.

Estas duas partes do capítulo, como dissemos antes, trataram de esclarecer a questão da referência e do sentido, fundamentais para que entendêssemos a diferença entre um estudo que toma por ponto de vista a enunciação e os outros.

Antes de iniciarmos as próximas três partes que versarão basicamente sobre a frase nominal e a possibilidade de uma análise de não-pessoa, queremos puxar alguns fios e amarrá-los novamente:

1. Benveniste (1989, p. 84) considera como dado constitutivo da enunciação o fato de que por um ato individual de apropriação da língua aquele que fala é introduzido em sua fala, e essa presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno, situação que vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação;
2. esse jogo de formas específicas seria, sem dúvida, jogado pelo locutor ao empregar: a) os índices de pessoa, *eu e tu*, que só se produzem na e pela enunciação; b) os índices de ostensão, *este, aqui, agora*, etc., que nascem de uma enunciação, são produzidos por este acontecimento individual, são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida e cada vez eles designam algo novo; c) o paradigma inteiro vasto e complexo das formas temporais, que se determinam em relação a *ego*; d) os tempos verbais cuja forma axial, o presente, coincide com a enunciação; e) todos os termos simples ou complexos que procedem de relações idênticas às referidas acima; f) as grandes funções sintáticas: interrogação, intimação, asserção;
3. se todas essas formas fazem parte desse aparelho necessário, o aparelho formal da enunciação, e todas elas estão subjugadas ao locutor, e é dele que a enunciação depende, é em relação a ele que *este-aqui-agora* é enunciado, é fácil, pois, entender que a parte reservada ao *ele, à não-pessoa*, faz parte da enunciação, porque enunciada por *ego*, que, ao se apropriar de *toda* a língua, faz de cada enunciado um centro de referência interno.

Queremos voltar a um ponto que consideramos de suma importância: Benveniste propõe a série de dicotomias com as quais organiza suas reflexões: separa forma e sentido, língua/sistema e língua/discurso, semiótico e semântico, referência à instância de discurso e referência a uma situação objetiva e assim outras mais, e apropriando-se desses dados constrói

sua teoria, aprofundando seu raciocínio a cada texto, mostrando uma outra nuance, um outro modo de entender melhor coisas já ditas. Quando em 1970, Benveniste escreve *o aparelho formal da enunciação*, ele realmente quis nos deixar um legado de largos horizontes, de perquirições infinitas, ao dizer, depois de ampliar o quadro da enunciação para todas as possibilidades sintáticas, “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação.” (1989, p. 90).

3.3 A não-pessoa é passível de ser analisada nos quadros da enunciação

Todo o nosso percurso teórico, ou melhor, intrateórico, na teoria da enunciação de Émile Benveniste só terá razão de existir se pudermos comprovar a pertinência deste tipo de pesquisa para o esclarecimento de certas noções como a da não-pessoa.

Com o quadro teórico apresentamos os dois mestres, Bréal e Saussure, que, em nosso entendimento, são a condição de existência da lingüística da enunciação de Benveniste, visto que ela abriga em sua estrutura aquele que fala, aquele que se apropria da língua toda e se enuncia sujeito ao dizer *eu*. Ocorre que a língua não é feita só de enunciados subjetivos, pessoais, daí o objeto de nossa investigação, os enunciados que pertencem ao mundo da não-pessoa, *ele*, os que são objetivos.

Até o texto de 1970, o aparelho formal da enunciação, essa dicotomia pessoas/não-pessoa, *eu-tu/ele*, define o modo de referência enunciativa: as pessoas são *sui-referenciais* e a não-pessoa tem referência objetiva, não na instância de discurso.

Por isso fomos a outros autores, como Frege e Alston, para compreender a diferença entre referência e sentido nesses autores e depois em Benveniste, que também os diferencia.

Vimos, porém, que, para Benveniste, é a instanciação de discurso que determina a referência de uma frase e que o sentido é a idéia que a frase exprime.

Esse caráter diferencial rígido entre os dois tipos de referência discursiva causa muitos problemas à análise da não-pessoa, que recebe seu valor do fato de que é enunciada por *eu*, portanto, pertence ao discurso, mas sua referência não é a instância de discurso. Questão que Benveniste resolve em 1970, ao defender a mesma idéia – toda a língua faz parte da enunciação – com vários enunciados diferentes: “[...] trata-se de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”; “[...] o locutor mobiliza a língua por sua conta”; “[...] o locutor, que toma a língua por instrumento [...]”; “na enunciação, a língua se acha empregada [...]” (1970, p. 82 e 84). Toda a língua, portanto, é passível de ser enunciada, não só a parte subjetiva, ambas, pessoas e não-pessoa fazem parte da enunciação. A constatação de que a não-pessoa, o *ele*, merece o olhar enunciativo trouxe gratas conseqüências para o aprofundamento de questões ligadas ao que era considerado alijado da possibilidade enunciativa.

Em 1950, Benveniste escreve um texto em que analisa a frase nominal na língua grega antiga. É um exemplo clássico de terceira pessoa, como logo veremos, e é explicitado na sintaxe da língua.

Não é nossa pretensão aqui discutir exaustivamente a questão da frase nominal, mas julgamos pertinente trazer ilustrativamente os passos que Benveniste dá para uma análise de não-pessoa.

É preciso considerar que, em toda a análise benvenistiana, o pressuposto teórico é sempre o sistema saussuriano, e isso significa que: 1- é o ponto de vista que cria o objeto; e 2- na língua só há diferenças. Quanto ao primeiro, Flores (2001, p. 58) diz que:

[...] o cientista, ao delimitar o lugar teórico do qual fala, determina a relação que estabelece com os fatos lingüísticos. Nesse sentido, não existe um fenômeno lingüístico *a priori* a ser estudado, mas qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras lingüísticas pode receber o “olhar” da lingüística da enunciação, basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação. Eis o *corpus*.

Como em enunciação, o ponto de vista teórico releva da *cena enunciativa*, Flores (2001, p. 59) conclui que “justifica-se dizer que tal ponto de vista define a relação que o cientista estabelece com os fatos lingüísticos. Eis o método.”

Entendidos, então, *corpus* e método, é preciso analisar as ocorrências que se encontram no *corpus*, e para tal temos que considerar o que Flores (2000, p. 54) define como “o mínimo necessário para uma análise enunciativa: o ato individual de enunciação, a situação em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização.” Como cada ato é único, uma análise na teoria da enunciação deve “procurar, em cada enunciado, o que cada um pode revelar sobre o sentido que o sujeito atribui (a este fato em questão), criando uma referência única relativa a *eu-tu-aqui-agora*” (Lichtenberg, 2001, p. 172).

Flores (2000, p. 54) diz que em cada enunciado é preciso considerar:

- a) os recursos lingüísticos utilizados para a realização do fenômeno estudado;
- b) o sentido produzido em relação à ancoragem na situação espaço-temporal;
- c) a categoria de pessoa como centro de referência do discurso.

Assim, qualquer análise que tome como ponto de vista a enunciação deve, em princípio, seguir o que definimos nas letras a, b, c, acima.

Imaginemos, a título de exemplo, que queremos fazer a análise enunciativa da frase nominal que, como foi dito acima, é um texto escrito por Benveniste em 1950, no qual ele faz um estudo da frase nominal no grego antigo. Consideradas as premissas acima descritas, nós

teríamos de escolher como *corpus* alguns enunciados de frase nominal e de frase verbal, poesia e prosa, de mesma época, etc., e a partir daí iniciar a análise.

Consideremos a análise da frase nominal em oposição à frase verbal com *esti* na língua grega antiga em enunciados da epopéia de Homero, já que os dois tipos de enunciado aparecem concomitantemente na obra. Por exemplo:

1 – “pois (é) difícil enfrentar um Deus do Olimpo.” (A 589);

2 – “[...] se é efetivamente assim [...].” (A, 564).

Na enunciação é preciso entender que cada ato é único, assim as questões que se definem em *a*, *b*, *c*, são analisadas em cada enunciado, porque para cada um haverá recursos, situação e sujeito diferentes. Se fôssemos mesmo realizar o estudo desses dois enunciados seria necessário que considerássemos *a*, *b* e *c* para cada um deles.

- a) os recursos lingüísticos serão aqueles que permitem ver as marcas da enunciação no enunciado;
- b) a situação espaço-temporal será compreendida em relação à enunciação que produz o enunciado e que depende do locutor que a enuncia; como cada enunciação é única, haverá sempre novas situações de discurso;
- c) o sujeito que enuncia é o centro de referência do discurso, e cada vez será um sujeito diferente.

É óbvio que essa análise sucinta e descontextualizada da parte da epopéia em que as duas frases foram proferidas nada nos informa sobre a real diferença entre frase nominal e frase verbal com *esti*, por isso vamos tentar entendê-las a partir do texto em que Benveniste as analisou em 1950.

3.4 A frase nominal, pelos olhos de Benveniste

Ao distinguir entre os “signos da língua, tomados em si e enquanto eles significam, e a frase, onde os mesmos elementos são construídos e agenciados em vista de um enunciado particular”, Benveniste (1989, p. 240) distingue o que é da ordem do semiótico e o que é da ordem do semântico e afirma que “qualquer forma de frase não tem espaço no domínio do semiótico. Tudo é da ordem do semântico.” (1989, p. 233). Nosso primeiro passo, portanto, é incluir a frase nominal no domínio do semântico.

Esse enunciado necessariamente semântico, que é a frase, não exclui, no entanto, a possibilidade de uma frase feita – um exemplo de uma regra de sintaxe, aforismos, provérbios –, fazer parte de nossos discursos como elemento citado. A frase nominal também aqui se inclui, porque uma, mas não única, de suas características é sua tendência a confinar-se em aforismos e provérbios.

O fato de a frase pertencer ao domínio do semântico implica necessariamente o lugar do qual ela deve ser olhada, isto é, da língua em uso, e o que pode parecer estranho para o lógico, que a frase nominal seja analisada por Benveniste como uma função sintática, não o é para o lingüista, pois a noção de sintaxe, a noção de pragmática e a noção de semântica, “em conjunto ou separadamente, pertencem exclusivamente ao domínio do (que Benveniste entende por) semântico.” (1989, p. 238).⁴³

⁴³ Os lógicos instituíram uma tripartição entre as noções de sintaxe, de semântica e de pragmática. O que para o lógico é sintático, isto é, a ligação entre os elementos do enunciado, releva de uma consideração que para Benveniste é “ambígua no sentido que de uma parte o que é sintagmático para o lingüista coincide com o que se chama sintático em lógica, e que, por conseqüência, se situa no interior da ordem do semântico; mas de outra parte aos olhos do lingüista, esta ligação pode ser governada por uma necessidade puramente gramatical, que depende inteiramente da estrutura do idioma, que não é qualquer coisa de universal, que toma as formas particulares segundo o tipo de língua considerada.” (Benveniste, 1989, p. 238). A maneira de codificar o pensamento e de encadear os elementos do discurso é função da gramática. Assim, o lingüista e o lógico de uma parte coincidem e de outra diferem na maneira de conceber o sintático. O lingüista não vê necessidade na distinção lógica entre semântica e pragmática. Para o lógico é importante diferenciar, de um lado, “a relação

Para um lingüista, a distinção entre semântica e pragmática talvez seja útil em algum momento de seu estudo mas “em princípio uma distinção semelhante não é de imediato necessária. A partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu (Benveniste) defino como semântica.” (1989, p. 238-9).

Entendido, assim, o lugar da frase na teoria da enunciação de Benveniste, passamos à consideração da frase nominal e sua importância para este estudo sobre a não-pessoa.

Das noções firmadas por Benveniste na teoria da enunciação, parecia-nos, no princípio deste estudo, que só as de subjetividade constituíam o traço distintivo da enunciação. Esse foi um dos motivos que nos levou à investigação dessa outra metade da Lua, que permanecia obscura em muitas fases.

Por oposição, como querem Saussure e Benveniste, ao entender que *ele* é o que *eu e tu* não são, concluímos que a *ele* cabe porção tão grande e tão significativa quanto a *eu e tu*, porque à porção objetiva da língua pertence o mundo, a cultura, a lei, a ordem, etc. Se levarmos em conta a correlação de pessoalidade, *eu-tu* e *ele*, tudo que é do domínio de *ele* passa a ser necessariamente enunciado por *eu*, e a fazer parte da enunciação.

É nessa reflexão que inscrevemos o estudo da frase nominal como um exemplo de não-pessoa, dessa parte objetiva da língua, que não sendo marcada pela subjetividade foi durante muito tempo aliada dos ditames da enunciação.

entre a língua e as coisas, que é da ordem do semântico”, e, de outro, a “relação entre a língua e aqueles que a língua implica em seu jogo, aqueles que se servem da língua, que é da ordem do pragmático.” (Benveniste, 1989, p. 238).

A frase nominal comporta um predicado nominal, sem verbo nem cópula, e é considerada no indo-europeu uma expressão normal nos casos em que uma forma verbal eventual estaria na terceira pessoa do presente do indicativo do verbo ser.

Benveniste confirma que desse “fenômeno sintático altamente singular” não há um estudo das condições que o tornaram possível. E trata-se de um fenômeno porque esse tipo de frase se encontra não apenas no indo-europeu, semítico, ugro-fínico, banto, mas ainda na língua sumeriana, egípcia, caucasiana, altaica, dravídica, indonésia, siberiana, ameríndia, etc. São tantas que seria melhor mencionar as línguas que não a conhecem. Há estruturas lingüísticas que, em certas condições, admitem ou exigem que um predicado verbal não seja expresso ou que um predicado nominal seja suficiente.

Qual é a necessidade que está ligada à frase nominal para que tenha sido adotada paralelamente por tantas línguas diferentes e – questão estranha, “mas a estranheza está nos fatos – que o verbo de existência tenha, entre todos os verbos, esse privilégio de estar presente num enunciado no qual não figura?” (Benveniste, 1995, p. 164).

Benveniste (1995, p. 169) acredita que para estudar a frase nominal visando “dissipar as sombras que se acumularam sobre o problema”, é preciso separar o estudo da frase nominal e o estudo da frase de verbo ser, porque uma frase de verbo ser é uma frase verbal semelhante às outras, e não podemos esquecer que uma frase é nominal ou verbal, *tertium non datur*.

Há três pontos fundamentais para a análise da frase nominal:

- a) saber se determinada língua possui ou não verbo ser, porque assim a frase nominal representará uma frase possível ou uma expressão necessária;
- b) distinguir conforme as línguas se a frase nominal é restrita à terceira pessoa ou admitida a todas as pessoas;

c) verificar se a frase nominal se forma livremente ou se depende de uma ordem fixa no enunciado.

Benveniste escolhe analisar a frase nominal no indo-europeu antigo, língua na qual a frase nominal constitui um enunciado assertivo finito, “paralelo na sua estrutura a qualquer outro que tenha a mesma definição sintática.” (1995, p. 171). A partir do texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*, Benveniste confirma os enunciados assertivos no quadro enunciativo, logo, se a frase nominal é uma asserção, ela pertence ao aparelho formal.

Na frase nominal, e isso parece óbvio, o elemento assertivo é nominal, portanto não estará sujeito às modalidades temporais ou pessoais, etc. da forma verbal, que traz sempre implicadas as modalidades do paradigma verbal. A asserção nominal será, pois, intemporal impessoal, não modal, e terá por “objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico”; a asserção nominal não pode relacionar o tempo do acontecimento com o tempo do discurso sobre o acontecimento como a asserção verbal o faz. A frase nominal afirma “uma certa *qualidade* (no sentido mais geral) como própria do sujeito do enunciado”, mas fora de toda determinação temporal e de qualquer relação com o locutor (Benveniste, 1995, p. 171-2).

Evidenciamos, então, que a frase nominal: 1- não pode ser considerada como privada de verbo, pois é tão completa quanto qualquer enunciado verbal; 2- não é uma frase de cópula zero. Para o indo-europeu são dois enunciados de tipo distinto.

Para Benveniste, na análise da frase nominal, é preciso “rejeitar toda implicação de um *ser lexical*” e devemos reformar “hábitos de tradução impostos pelas estruturas diferentes das línguas ocidentais modernas.” (1995, p. 172). A interpretação da frase nominal só se torna possível quando passamos a considerar o verbo *esti* no indo-europeu como um verbo paralelo a qualquer outro, não só por “conter todas as marcas morfológicas da sua classe e por

preencher a mesma função sintática, mas também porque deve ter tido um sentido lexical definido antes de cair – ao termo de um longo desenvolvimento histórico – na ordem de cópula.” (1995, p. 173).

Benveniste entende que o verbo *ser* deve mostrar sua força plena e sua função autêntica para que possamos verificar a diferença entre uma asserção nominal e uma asserção com *ser*. Para o indo-europeu, a frase com *ser* não é mais clara que a frase nominal e nem esta é uma forma deficiente da outra. Ambas são possíveis, mas não para a mesma expressão.

Uma asserção nominal, completa em si mesma, põe o enunciado fora de qualquer localização temporal ou modal e fora da subjetividade do locutor. Uma asserção verbal, em que *esti* está no mesmo plano [...] que qualquer outra forma temporal do mesmo verbo, introduz no enunciado todas as determinações verbais e o situa em razão do locutor. (1995, p. 173).

Para comprovar na prática a diferença entre uma frase nominal e uma frase com *esti*, Benveniste escolheu o grego antigo. No grego, como no indo-irânico ou no latim, os dois tipos de enunciados coexistem, e Benveniste quer saber se essa dupla expressão significa emprego livre e arbitrário ou, em havendo diferença, qual é. O lingüista insiste na dessemelhança dos dois enunciados e quer provar que eles não afirmam de maneira igual.

Toma, para exemplo, dois textos antigos, testemunhos diferentes no tom, no estilo e no conteúdo: as *Píticas* de Píndaro, uma poesia elevada, e a *História* de Heródoto, uma prosa narrativa. Benveniste quer ver na prática se a frase nominal “serve para especificar certas expressões ou se é simplesmente a forma ocasional de um enunciado que teria podido igualmente compreender um verbo explícito.” (1995, p. 174).

Queremos chamar a atenção para o fato de que as frases nominais, quando traduzidas do grego para o português, transformam-se em frases verbais com vários verbos, e isso se dá por necessidade de tradução; no grego, no entanto, elas são literalmente sem verbo nem

cópula, e as expressões que aparecem traduzidas como verbos são participios e infinitivos substantivados, o que na língua grega não tem estatuto de verbo.

Benveniste (1995, p. 174-5) apresenta a lista completa das frases nominais que Píndaro emprega nas *Píticas*, infelizmente, nós daremos apenas alguns exemplos:

- “a alegria que causa o triunfo de um pai não permanece estranha a um filho (I, 59)”;
- “a felicidade é o primeiro bem a conquistar; a boa fama vem em segundo lugar (I, 99)” (a tradução literal seria: a felicidade primeiro bem a conquistar, o bem ouvir em segundo);
- “a riqueza associada à felicidade de ser sábio, eis o melhor quinhão para o homem (II, 56)” (a tradução literal seria: pois a riqueza junto com a felicidade do sábio...);
- “os ventos que sopram nas alturas mudam incessantemente (III, 104)”;
- “o que é cada um de nós? O que não é? O homem é o sonho de uma sombra (VIII, 95)”;
- “as grandes virtudes são sempre eloqüentes (IX, 76)”.

Podemos evidenciar pelos exemplos, diz Benveniste, que a frase nominal: 1- liga-se sempre ao discurso direto; 2- serve sempre a asserções de caráter geral, sentenciosas. A frase verbal com *esti* é do domínio da narração de um fato, da descrição de uma maneira de ser ou de uma situação. A frase nominal por meio de verdades gerais quer convencer, propõe uma relação intemporal, por isso permanente, agindo como um argumento por autoridade; supõe o discurso e o diálogo, mas não comunica um dado de fato.

Os *Trabalhos* de Hesíodo, diz Benveniste, trazem muitos exemplos de frases nominais: “o trabalho não é um opróbrio; não fazer nada é que é um opróbrio (310)”;

“a riqueza não se deve arrebatá-lo; dada pelo céu é bem preferível (320)”;

“um mau vizinho é uma calamidade (346)”. Hesíodo faz de sua obra uma longa lista de conselhos, admoestações, críticas, inseridas em frases nominais que atravessam os séculos como verdades permanentes.

Não vemos, no entanto, a frase nominal ser empregada para descrever um fato na sua particularidade (Benveniste, 1995, p. 176).

Vejamos, agora, o texto de Heródoto, que é uma prosa narrativa, em que ele conta acontecimentos, descreve países e costumes. Nesse texto há ocorrência de frases com *esti* informando objetivamente sobre situações de fato, por exemplo, “Paniônio é um local sagrado ao norte de Mícale; Mícale é um promontório de terra firme (I, 148).”

A diferença entre a frase nominal e a frase com *esti* é que a frase nominal só aparece em discurso direto enunciando asserções de tipo proverbial, verdades gerais, mas se o historiador quer narrar ou descrever “Creta é uma ilha”, na língua grega escreverá com *esti*. (Benveniste, 1995, p. 177).

No texto de Homero a frase nominal e a frase com *esti* coexistem em proporções quase iguais, e essa coexistência, pensa Benveniste, deveria ser tratada em conjunto para toda a epopéia, como, porém, isso não é possível, ele justifica o uso dos dois tipos de frase com alguns exemplos comprobatórios da distinção entre elas. Os exemplos mostram que, em Homero, as frases mantêm as mesmas características dos exemplos que vimos mais acima, isto é, a frase nominal aparece nos discursos e não nas narrações e descrições e exprime asserções de valor permanente e não situações ocasionais, por exemplo, “ter muitos chefes não é bom (B, 204)”; “a Fatalidade (é) poderosa e ágil (I, 505).”

A frase nominal em Homero tem geralmente uma relação de causa ou de conclusão com o contexto, relação que é marcada no grego pela conjunção *gár* = pois; por exemplo: “pois o sentimento da amizade (é) o melhor (I, 256)”; “pois o rei (é) o mais forte (A, 80).”

Há em grego muitas locuções do tipo “é preciso” que se fixaram como asserções nominais de valor intemporal e absoluto (Benveniste, 1995, p. 178).

As frases em Homero com *esti* expressam situações atuais, por exemplo, “lançou uma ameaça, hoje cumprida (A, 388)”; “ele já é bem orgulhoso sem isso (I, 699).”

Quanto à expressão da posse, também há diferença em Homero entre a frase nominal e a frase verbal com *esti*. Na frase nominal, a posse é permanente e absoluta, por exemplo, “pois a tua parte ainda não (é) morrer (H, 52)”; na frase verbal a posse é atual, por exemplo, “posso bens inumeráveis (I, 364)”; “mesmo que ele me desse tudo o que possui *neste momento* (I, 380)”.

Para Benveniste (1995, p. 179), os exemplos mostram claramente a diferença entre a frase nominal e a frase verbal com *esti*, pois elas não afirmam de maneira igual e não pertencem a um mesmo registro. A frase nominal é do discurso, propõe um absoluto; a frase verbal é da narração, descreve uma situação; os dois traços de ambos os tipos de frase são solidários e dependem juntos do fato de que no enunciado nominal a função assertiva repousa sobre uma forma nominal e no enunciado verbal a função assertiva repousa sobre uma forma verbal. Para Benveniste:

A frase nominal, sendo adequada para asserções absolutas, tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal. É por isso que a frase nominal convém tão bem a essas enunciações, nas quais, aliás, tende a confinar-se – sentenças ou provérbios – depois de haver conhecido maior flexibilidade. (1995, p. 179).

Benveniste (1995, p. 180) diz que as outras línguas indo-européias antigas apresentam as mesmas características, por exemplo, no latim, “*triste lupus stabulis* [(é coisa) triste o lobo para os estábulos]”.

Benveniste (1995) chama a atenção para o fato de que a frase nominal foi considerada durante muito tempo como uma frase verbal de verbo deficiente, assim, não foi compreendida

em sua natureza específica. Na verdade, ela deve ser estudada contrapondo-se à frase verbal, e ambas devem ser entendidas como dois modos distintos de enunciação. Se acrescentarmos à frase nominal um verbo, a frase nominal perde o que a caracteriza, que é “a não-variabilidade da relação implicada entre o enunciado lingüístico e a ordem das coisas”, porque esse tipo de enunciado, como já dissemos antes, define uma “verdade geral” justamente excluindo o que a particularizaria, que é a forma verbal, e, nesse caso, *esti* é tão particular quanto *eimi* (sou) ou *estai* (será).

Essa análise não pode ser feita tendo como parâmetro as categorias de línguas atuais, categorias que não faziam parte das línguas antigas e, portanto, não podem ser transpostas.

A próxima e última parte deste trabalho pretende unir a teoria estudada até agora à prática para entender o que é uma análise de não-pessoa do ponto de vista da enunciação.

3.5 A viabilidade de uma análise enunciativa de não-pessoa

Não é nossa intenção aqui ditar regras ou receitas para uma boa análise de não-pessoa, tentamos apenas não decepcionar Benveniste que tanto nos ensinou.

Em qualquer procedimento de análise, quando se trata da teoria da enunciação, partimos das questões definidas mais acima como necessárias:

- o ato individual de enunciação;
- a situação em que ele se realiza;
- os instrumentos de sua realização.

Ocorre que o ato individual de enunciação é sempre um acontecimento único porque única é a situação em que ele se produz na língua, já que é a língua o instrumento de sua

realização. Por ser fugaz e irrepetível, esse ato desaparece, e dele somente podemos saber algo quando o acorrentamos e o prendemos no enunciado, pois é o enunciado que nos permite conhecer as marcas da passagem meteórica da enunciação. É, portanto, na concretude do enunciado que se instaura a possibilidade de análises enunciativas, quando observamos:

- a) os recursos lingüísticos;
- b) o sentido em relação ao *aqui-agora*;
- c) o sujeito que enuncia.

Mostramos, abaixo, os elementos presentes na enunciação e no enunciado:

Enunciação	Enunciado
Ato	Sujeito
Situação	Aqui e agora
Instrumentos	Recursos

Examinando, então, os enunciados de frases nominais e de frases verbais com *esti* na língua grega antiga podemos analisar com a total ajuda de Benveniste os itens a, b, c, considerando, em primeiro lugar, que a análise, seguindo o modo estruturalista de estudar a língua em suas diferenças, opõe frase nominal e frase verbal.

Nosso quadro teórico da enunciação toma como pedra basilar as duas instâncias epistemológicas nas quais Benveniste concebe sua teoria: a língua/sistema, a parte semiótica da língua, para a qual a teoria saussuriana do signo serve de base à pesquisa, e a língua/discurso, a parte semântica da língua, para a qual há a necessidade de um aparelho novo de conceitos e definições que contemplem a língua em uso, ou seja, a língua em que estão implicados os locutores em seu *hic et nunc*.

A enunciação, portanto, postula que na língua há signos e há a atualização desses signos pelos locutores no emprego da língua. Para Lichtenberg (2001, p. 168),

[...] a atualização do signo em palavra não se dá por simples transposição, pois enunciado não pode ser entendido como palavras que se organizam, somando significados. Enunciado é o produto da enunciação, expressão de uma idéia singular que tem a instância de discurso como referência. Enunciado é, pois, unidade de significação e, como tal, apresenta uma configuração peculiar e única.

No momento em que o locutor se apropria da língua, ele pode recorrer tanto aos signos vazios, os indicadores de subjetividade, que se plenificam, melhor dizendo, nascem, na enunciação, quanto aos signos plenos, os conceitos, que passam a fazer parte da instância de discurso, posto que enunciados por *eu*.

É assim que o teatro enunciativo entra em cena: *ego* mobiliza a língua toda, e o drama é contado a partir do *hic et nunc* de *ego*.

O que queremos dizer com toda essa retomada é que os recursos lingüísticos observados na frase nominal e na frase verbal com *esti* devem ser considerados sob esse duplo aspecto: são signos no modo semiótico de significância da língua e são palavras, ou, melhor dizendo, frases no modo semântico, o modo específico de significância que é engendrado pelo discurso, lugar em que a língua tem como função produzir mensagens.

Frase nominal e frase verbal com *esti* pertencem ao modo semântico da língua, são produtoras de mensagens, guardadas as especificidades que já vimos na seção anterior. Ocorre que na mensagem não é a adição de signos que produz o sentido, ao contrário, é o sentido que se realiza e se divide em signos particulares, que são as palavras. E com palavras, depois com grupos de palavras formamos frases. O sentido da frase é então a idéia que ela expressa e a referência é a instância de discurso.

Do ponto de vista enunciativo, portanto, frase nominal e frase verbal com *esti* têm como sentido a idéia que elas expressam e como referência seu contexto de discurso, que é sempre dependente do *eu* que as enuncia. É fácil entender que os dois tipos de frase pertencem ao paradigma enunciativo de não-pessoa, porque há na enunciação uma distinção estrutural que opõe pessoas e não-pessoa, reservando a *eu* o direito e o dever de enunciar *ele*. Isto, digamos assim, é um dogma nessa teoria, que na tríade enunciativa, *eu* e *tu* pertençam ao lado subjetivo da língua enquanto *ele* pertence ao objetivo.

O que queremos dizer é que a frase nominal, embora intemporal, impessoal e não modal, ela pertence à enunciação. O fato de ela não ter nenhuma relação com o locutor advém de suas características de ser uma asserção de valor permanente; de enunciar uma verdade geral, de ter valor de argumento, de, talvez, ter sido ao longo dos séculos assimilada ao proverbial da língua, pois é considerada também uma frase feita. Todavia, no momento em que é proferida, essa frase intemporal passa imediatamente a fazer parte do discurso do *eu* que a enuncia, e sujeita, conseqüentemente, ao *aqui-agora* desse *eu*.

É, então, esse momento enunciativo que convoca a frase nominal e também a frase verbal com *esti* para o discurso. Elas são atualizadas no diálogo interminável de *eu* e *tu*.

As duas frases convivem na mesma época e, muitas vezes, nas mesmas obras, o que leva a entender que ambas são possíveis, mas não para a mesma expressão e nem afirmam da mesma maneira.

Para Benveniste (1995, p. 163), a frase nominal, embora sem verbo nem cópula, pertence ao discurso, é entendida sempre como um diálogo que permanece no tempo porque suas asserções são absolutas, universais, apresentam um valor de argumento, de prova incontestável e são sempre usadas para convencer. Como a frase nominal é fora do tempo, das

peças e das circunstâncias, afirma verdades geralmente confinadas em máximas ou provérbios que atravessam os séculos, é considerada um argumento por autoridade.

A frase verbal com *esti* é o oposto da frase nominal, pois é usada para informar, para narrar e descrever fatos e acontecimentos, está ligada ao tempo e ao espaço do locutor, por isso é ocasional, traz as marcas das pessoas e seus tempos e espaços.

A análise da frase nominal mostra a possibilidade de a terceira pessoa fazer parte do discurso? E isso desde 1950? No texto de Benveniste de 1959, *as relações de tempo no verbo francês*, ele opõe tempo do discurso e tempo da narração, em que o discurso é subjetivo e a narração é objetiva. Em 1950, a frase verbal é da narração, e comporta todas as marcas pessoais e temporais do verbo, opondo-se à frase nominal, sem marcas verbais, e que, no entanto, é considerada do discurso e do diálogo.

Não vemos discrepância entre um texto e o outro. Em 1950, *a frase nominal* é analisada segundo categorias definidas em relação ao funcionamento da linguagem, a função sintática, em que os pressupostos de análise são outros, a ausência ou presença de verbo, e Benveniste não considera e não se propõe a discutir uma dicotomia que talvez não fosse relevante para o estudo desse fenômeno lingüístico em questão. A dicotomia com a qual Benveniste cunhou seus estudos enunciativos, a subjetividade e a objetividade, em que o texto de 1959 foi analisado, deve-se a um tipo muito específico de debate, concernente ao tempo no verbo francês.

Para nós, a importância capital dessa análise sobre a frase nominal releva do fato de que pudemos comprovar nossa tese, a de que a não-pessoa de Benveniste comporta a enunciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar um ponto final é preciso. Este estudo pelos caminhos enunciativos de Émile Benveniste em busca de um estatuto digno para a não-pessoa obedeceu ao próprio traçado feito pelo lingüista em seus artigos escritos entre os anos de 1939 e 1970. Nós apenas seguimos suas indicações na tentativa de juntar alguns fios, desembaraçar outros e colorir mais um pouco o belo tapete da enunciação.

Em Benveniste, em toda a questão enunciativa, que não é senão a busca da significação lingüística, há duas noções que são transversais a toda a teoria: a noção de sistema e a noção de discurso. Todas as questões enunciativas são discutidas em um quadro estruturalista firmado na teoria do signo de Saussure.

Pode parecer paradoxal que a enunciação, que tem como pressuposto a existência de locutores e de uma situação discursiva, em que há sempre um *eu-tu-aqui-agora* implicados, possa ter como fundamento justamente a teoria que se constituiu como ciência ao eleger a língua como objeto da lingüística em um corte epistemológico – linguagem, língua, fala – fundador da lingüística moderna.

Benveniste afirma sua convicção de que “sob a inspiração do *Cours* determina-se uma nova noção de língua”, da qual dimana um novo tratamento aos estudos lingüísticos, pois, a

partir 1916, esses estudos devem descrever “por meio de uma técnica adequada a realidade lingüística, não misturando nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que será sincrônica”, e devem analisar a língua nos seus elementos formais próprios. Assim, a lingüística se constitui como ciência – “formal, rigorosa, sistemática”, e quando os lingüistas entendem que a língua deve ser estudada “em si mesma e por ela mesma”, eles reconhecem o princípio que se torna o princípio fundamental da lingüística moderna: a língua forma um sistema (Benveniste, 1995, p. 21-2).

As noções nas quais Benveniste ampara todas as reflexões no âmbito da enunciação, e mesmo fora dela, não poderiam ser estudadas fora do rigor do sistema saussuriano, porque, para Benveniste, a problemática da enunciação se dá na e pela língua. Acontece que a língua, não esqueçamos, contém um elemento subjetivo, e essa subjetividade na linguagem Benveniste traz de Bréal.

Se a subjetividade está na língua, nada mais justo do que tentar descobri-la no lugar em que ela se encontra, por isso é no interior da língua que Benveniste identifica os indicadores de subjetividade e esboça os “caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza”, no que ele chama de aparelho formal da enunciação.

Esses caracteres formais são: 1- a emergência dos índices de pessoa, a relação *eu-tu* que só se produz na e pela enunciação; 2- os inúmeros índices de ostensão, *este, aqui, agora*, termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo; 3- o paradigma inteiro das formas temporais que se determinam em relação a *ego*, centro da enunciação; os tempos verbais, cuja forma axial, o presente, coincide com o momento de enunciação.

Há muito de Bréal em Benveniste, isso nós constatamos anteriormente. Embora ambos acreditem que a subjetividade se marca na língua e que os estudos lingüísticos devem considerar a língua em uso, seus pressupostos teóricos são diferentes. Benveniste emoldura toda a sua reflexão no quadro estruturalista do signo de Saussure, ou seja, na concepção de que na língua só há diferenças, portanto, ele faz uma semântica segundo princípios estruturais, na qual ancora a enunciação, ato que plenifica o sentido dos signos antes vazios.

Bréal acredita que a lingüística é uma ciência histórica porque seu objeto é uma atividade humana, a linguagem, e todos os seus fenômenos dependem da vontade humana. Bréal também quer encontrar a significação, e faz uma análise exaustiva das palavras para saber por que, estando providas de um certo sentido, elas são levadas a mudá-lo, às vezes o restringem, às vezes o ampliam, às vezes o elevam ou o rebaixam em dignidade. Conclui que na maioria das vezes a mudança é o resultado dos acontecimentos da História, portanto, para Bréal, o sentido das palavras depende de fatores históricos e sociais que se manifestam na língua.

Todas as questões discutidas no quadro teórico levaram-nos a entender que nosso objeto de estudo, *ele*, a não-pessoa, como faz parte de uma classificação gramatical que há séculos o considera terceira pessoa pronominal e verbal, merecia ser pesquisado em vários gramáticos. Os dicionários nos informaram que *ele* vem de *ille* (aquele), e nos gramáticos gregos e nos latinos descobrimos que *ele* nasceu pronome demonstrativo.

A Gramática de Port-Royal e a Filosofia da Gramática de Jespersen estudam os fatos da língua de um ponto de vista muito diferente do de nossos gramáticos de língua portuguesa, pois partem do uso da língua. Pudemos verificar o tratamento “metafísico” dado aos dêiticos pelos gramáticos de Port-Royal e a não concordância de Jespersen com as definições tradicionais de pronome. Há que ressaltar também a relação que Apolônio Díscolo, Jespersen

e Bechara estabelecem no estudo da terceira pessoa, que “não é nem a primeira e nem a segunda”, isto é, a terceira pessoa é apresentada negativamente como no sistema estrutural, em que Benveniste opõe pessoas/não-pessoa. De nossas gramáticas de língua portuguesa, o interessante foi encontrar em Rocha Lima (1967) a classificação dos pronomes como vazios de conteúdo, ou seja, dêiticos.

A pesquisa nos gramáticos foi pertinente porque nos mostrou um quadro de noções gramaticais distintas sobre o mesmo objeto, as pessoas pronominais e verbais, e isso reforçou mais uma vez a máxima saussuriana de que é “o ponto de vista que cria o objeto.”

Como nosso ponto de vista é enunciativo, foi ele que trilhamos em busca do estatuto da não-pessoa, logo depois de sairmos das veredas da gramática.

Iniciamos o terceiro capítulo tendo como preocupação duas coisas: esclarecer todas as dúvidas sobre referência e sentido na enunciação, eis que são noções fundantes das categorias de pessoas e não-pessoa, e apresentar a análise que Benveniste faz sobre a frase nominal e todas questões que relevam de um estudo de não-pessoa na teoria da enunciação.

Acreditamos que as noções de referência e de sentido, pela contraposição com outras teorias, nos deram a medida exata da diferença que se estabelece entre elas, pois o sentido em enunciação é a idéia que a frase expressa e a referência é sempre à situação de discurso, que depende do sujeito que a enuncia.

Foi com todo o aparato teórico da enunciação que empreendemos a difícil missão de entender a frase nominal pelos olhos de Benveniste, para depois encetarmos timidamente nossa própria análise a partir do estudo que o lingüista faz sobre frase nominal e frase verbal com *esti*.

A frase nominal representa um fenômeno altamente singular e, como vimos, foi empregada por uma infinidade de línguas. A questão importante que Benveniste traz para esse estudo é que a frase nominal é tão completa quanto qualquer enunciado verbal, e em que pese a tradução portuguesa transformá-la em frase verbal, em sua origem ela não é marcada por nenhum paradigma verbal. A frase verbal com *esti* existia na mesma época que a frase nominal e elas serviam para enunciações diferentes, fato que demonstra que ambas devem ser estudadas em suas especificidades. Foi o que Benveniste fez.

Se vamos aqui elencar todo o aprimoramento teórico que adveio deste trabalho sobre a tríade enunciativa, centrado no estudo da não-pessoa, ele não teria fim. Vimos que é possível uma análise de não-pessoa na teoria da enunciação, e que tudo aquilo que dissemos desde o início se confirma: a não-pessoa faz parte da enunciação, eis que participe do aparelho formal da enunciação.

Só tenho uma única dúvida: será que a não-pessoa adquire valor somente pelo fato de que é enunciada por *ego*? Dúvida que fica para um outro momento de reflexão.

É com emoção e encantamento que finalizo este percurso pelos caminhos desses três grandes teóricos, Benveniste, Saussure e Bréal. Conhecê-los foi um presente que a vida me deu.

OBRAS CONSULTADAS

- ALSTON, P. W. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BALLY, Charles. *El lenguaje y la vida*. 5.ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1967.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. Expressões Indiciais. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol. IV, Campinas, 1982. p. 23-49.
- BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: *O Rumor da língua. (Le bruissement de la langue)* Lisboa: Edições 70, 1984. p.149-152. (Coleção Signos).
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.
- COMBA, Júlio. *Gramática latina*. São Paulo: Editora Salesiana, 1958.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- DUCLOS, M. Observações de M. Duclos sobre a Gramática Geral. In: ARNAULD e LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- DE MAURO, Tullio. Notas biográficas e críticas. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2001.
- FLORES, Valdir. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n. 4, dez./2001. p. 7-67.
- _____. Para um estudo enunciativo da categoria aspecto nos verbos do Português do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, jun./1999. p.91-126.
- _____. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 35, n. 3, set./2000. p.35-67.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FREIRE, Antônio. *Gramática grega*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. A lingüística é uma ciência histórica? In: BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. 1992. p. 9-15.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- JESPERSEN, Otto. *La filosofía de la gramática*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- KIM, Sungdo. Benveniste et le paradigme de l'énonciation. *LINX*, Numéro Spécial, Émile Benveniste: vingt ans après, 1997. p. 211-218.
- LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LICHTENBERG, Sônia. Usos de todo: uma abordagem enunciativa. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n. 4, dez./2001. p. 147-181.
- LODEIRO, José. *Traduções dos textos latinos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1955.
- MARTINS, Eleni. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

- MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- NÓBREGA, Vandick Londres de. *O latim do ginásio*. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- NORMAND, Claudine. Émile Benveniste: quelle sémantique? *LINX, Du dire et du discours*. Hommage à Denise Maldidier. 1996. p.221-238.
- _____. Le sujet dans la langue. *Langages*. Paris: Larousse, 1985, (77) p. 7-19.
- _____. Linguistique et Philosophie: un instantané dans l'histoire de leurs relations. *Langages*. Paris: Larousse, 1985, (77) p. 33-42.
- _____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (Orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996b (Série Linguagem).
- _____. Le CLG: Une théorie de la signification? In: *La Quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. p. 23-40.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996. (Coleção Filosofia, 40).
- PLATÃO. *Crátilo: diálogo sobre a justeza dos nomes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963 (Coleção de Clássicos Sá da Costa).
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 1993, v. I (Série História da Filosofia).
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1967.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- SCHÄFFER, Margareth. "Eu" conta a "tu" histórias que ouviu d' "ele". Quem é ele? *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n. 4, dez./2001. p. 69-95.
- SUENAGA, Akatane. Benveniste et Saussure: l'instance de discours et la théorie du signe. *LINX, Numéro Spécial, Émile Benveniste: vingt ans après*, 1997. p.123-128.
- TODOROV, Tzvetan. Problèmes de l'énonciation. *Langages*. Paris: Didier/Larousse, mars, 1970, (17), p. 3-11.
- VALENTE, Milton Luis. *A gramática latina*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1949.